

III CONGRESSO REGIONAL DA PSICOLOGIA



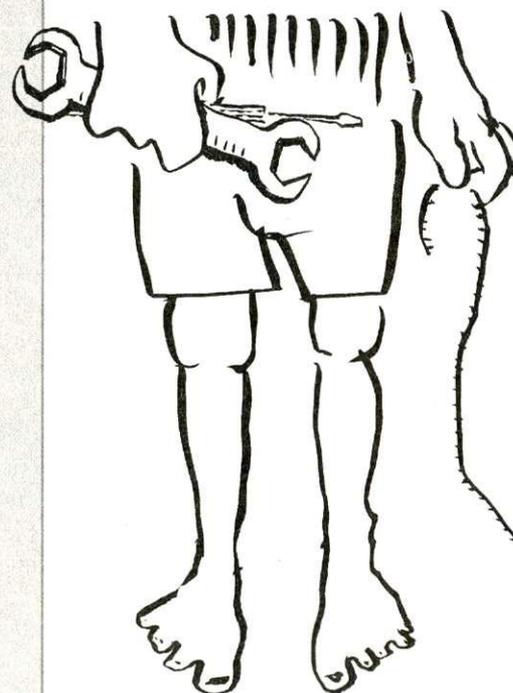
Os psicólogos paulistas já começaram os preparativos para o evento que se realiza de 15 a 17 de maio. A exemplo dos dois congressos anteriores, também este terceiro será antecedido por encontros preparatórios, que deverão acontecer na sede e em todas as subsedes do CRP-06 durante os meses de fevereiro e março, e por pré-congressos, que deverão acontecer em abril. Veja como participar nas páginas 7, 8, 9 e 10.

PSICOLOGIA DO TRABALHO

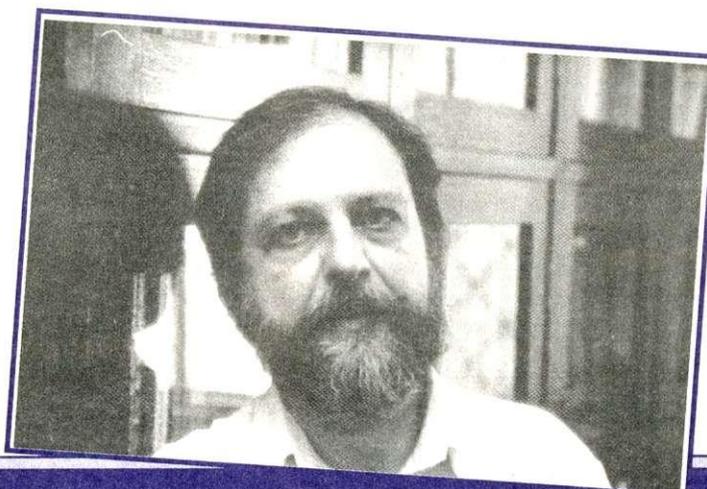
EMBORA DESDE O RECONHECIMENTO DA PROFISSÃO A PSICOLOGIA DO TRABALHO TENHA DADO PASSOS SIGNIFICATIVOS EM SEU DESENVOLVIMENTO TÉCNICO, AINDA HÁ PREPONDERÂNCIA DE UMA PRÁTICA VOLTADA PARA A ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS.

VEJA NAS PÁGINAS 12 E 13

DIREITOS DA CRIANÇA



ENTRAR CEDO NO MERCADO DE TRABALHO, APESAR DO QUE MUITA GENTE PENSA, NÃO PREPARA A CRIANÇA PARA O FUTURO PROFISSIONAL, AO CONTRÁRIO, DIMINUI SUAS CHANCES DE DISPUTA POR UMA VAGA NO MERCADO
PÁGINAS 13 E 14



ENTREVISTA

Fábio Landa

ÀS VÉSPERAS DE PUBLICAR, NO BRASIL E NA FRANÇA, SEU PRÓXIMO LIVRO, EM QUE ESTUDA AS INTERSECÇÕES ENTRE A PSICANÁLISE E O HOLOCAUSTO, O PSICANALISTA FALA DA TENDÊNCIA ORGANICISTA NO TRATAMENTO DO SOFRIMENTO MENTAL, DA GLOBALIZAÇÃO E EXPLICA POR QUE ACREDITA QUE AUSCHWITZ É A GRANDE MARCA DO SÉCULO 20

PÁGINAS 3 A 5

EDITORIAL

Enfim, parecemos com o Brasil!

O ano que se inicia mostra-se promissor quanto à mobilização da opinião pública nacional. A Copa do Mundo e as eleições de outubro para presidente da República e governadores já ocupam a maior parte do espaço nos meios de comunicação, ofuscadas apenas esporadicamente pelo agravamento da crise econômica dos (ex) tigres asiáticos.

Pela primeira vez na história republicana os titulares do poder executivo em nível federal e estadual poderão concorrer a sua própria sucessão, e ainda em pleno exercício do cargo. Essa nova possibilidade significa uma modernização das práticas político-eleitorais, segundo aqueles que gostam de apontar os países do Primeiro Mundo como exemplos a serem seguidos, de acordo com a conveniência de seus interesses. Mas a possibilidade de reeleição é preocupante para o futuro da democracia quando se dá num país que ainda não se livrou das práticas eleitorais retrógradas fundadas na violência típica do coronelato político, que predominaram desde o império e que ainda são bastante fortes em algumas regiões. A preocupação é agravada pelo histórico apego ao poder e o desprezo a quaisquer normas legais ou princípios éticos que têm caracterizado a elite brasileira em toda a vida republicana, quando se trata de usar os meios públicos em seu próprio benefício.

Para os psicólogos, o ano de 1998 tem

também importância política especial por contemplar dois processos de mobilização específica da categoria: a realização de Congressos Regionais e Nacional e de eleições em suas entidades representativas. Conselho Federal de Psicologia, Conselhos Regionais de Psicologia em todo o Brasil e Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo.

As eleições nos Conselhos apresentam características especiais: a eleição direta para o CFP, para um mandato de três anos, realizada conjuntamente com as eleições para os Conselhos Regionais, a obrigação tanto para as chapas concorrentes ao Conselho Federal quanto aos Conselhos Regionais de se inscrever e se apresentar nos respectivos congressos. A concomitância dessas características pela primeira vez, que a partir de agora passam a ser regulares a cada três anos, significa a conclusão de um período de transição que caracterizou o percurso dos Conselhos de Psicologia em direção a formas mais democráticas de organização política. Este fato, sem dúvida, constitui um avanço político para a categoria dos psicólogos.

No entanto, a realização do III Congresso Nacional da Psicologia se dará sob novos parâmetros de representação regional, cuja adoção se constitui em inequívoco retrocesso que ameaça todas as conquistas até então obtidas. Pelos critérios que vigoraram nos dois primeiros Congressos Nacionais, a delegação de São

Paulo teria no III Congresso uma bancada de 42 delegados, que ficou reduzida a 26 pelos critérios aprovados na reunião de dezembro de 1997 da Assembléia das Políticas Administrativas e Financeiras (APAF), composta por representantes dos Conselhos Regionais e do Conselho Federal de Psicologia.

Como não poderia deixar de acontecer, esta decisão da APAF faz lembrar a desigualdade do poder de representação política dos Estados na Câmara dos Deputados, uma realidade crônica em nosso país, que foi bastante agravada a partir das mudanças constitucionais impostas pelo regime militar no período de 1968 a 1974. Embora a igualdade de direitos políticos seja um preceito constitucional, os eleitores de Estados mais populosos têm proporcionalmente menos representantes do que os de menor população. A Constituinte de 1986 foi composta com a representação distorcida e manteve a distorção que restringe os direitos de representação. Coincidentemente, a manutenção dessas distorções é defendida pelos partidos conservadores, que assim garantem uma bancada maior do que a que teriam se o voto de todos os eleitores tivesse o mesmo valor, por exercerem o controle eleitoral das regiões de menor densidade demográfica.

As alterações impostas agora à composição das delegações ao Congresso Nacional da Psicologia são os equivalentes históricos àquelas impostas à sociedade brasileira no período ditatorial em que vigia o famigerado AI-5. Elas agravam a falta de igualdade das condições de representação ao aumentar a bancada da maioria das delegações regionais e diminuir a dos três Estados que já eram proporcionalmente sub-representados (Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo). E o que mais preocupa é o clima criado pelos interessados na medida em que se procurou instigar um antagonismo entre Conselhos Regionais grandes e pequenos para dele tirar proveito. Tudo bem ao molde da política nacional.

A alteração da regra merece o repúdio não apenas dos Estados prejudicados em sua representação, mas de todos que têm se empenhado na construção de uma ordem democrática para o país e para as entidades. Além de constituir de per si uma afronta à democracia, a forma como se deu essa alteração mostra a queda nos padrões políticos na relação entre as entidades.

A realização regular dos congressos, e sua atribuição para definir as diretrizes para os conselhos, foi a mais arrojada transformação na organização dos conselhos dentro do processo de democratização. A definição do número de delegados de cada região no I Congresso foi o resultado consensual de um longo processo de negociação política entre todos os Conselhos Regionais e o Conselho Federal. O I Congresso Nacional manteve para o II Congresso Nacional da Psicologia os mesmos critérios. Por isso, defendemos que apenas o próprio Congresso Nacional da Psicologia tem legitimidade para mudar os critérios de representação. E nenhuma proposta foi apresentada nesse sentido, embora o tema fosse discutido nos grupos de trabalho. O que vimos agora? A APAF, que aliás designa Assembléia das Políticas Administrativas e Financeiras, se outorga o direito de alterar regras estabelecidas e confirmadas em congressos anteriores e que não se referem ao campo administrativo ou financeiro.

Além disso, a decisão foi tomada a partir de proposta elaborada pelo Conselho Federal de Psicologia e teve, além dos três votos do próprio CFP, mais sete votos de Conselhos Regionais que representam menos de um terço dos psicólogos do país. Com apenas 10 votos de um total de 27 e tendo havido 14 abstenções, uma instância sem legitimidade para tal decide alterar regras de um congresso que envolve a representação de 100 mil profissionais. Enfim estamos muito parecidos com o Brasil, o Brasil do atraso, da modernização conservadora.

CARTAS

PROINFORM

Em resposta a sua manifestação sobre computadores da Proinform, esclarecemos que a diretoria do CFP não teve a intenção destacada por você. O que se pretendeu, na verdade, foi estimular os psicólogos à informatização, e o anúncio foi responsabilidade do fornecedor. E também o nosso revisor não estava familiarizado com esta ordem de valoração. Ele apenas entendeu que se tratava de uma homenagem a três pensadores tão importantes para a fundação da Psicologia sem atentar para o fato de que tal conotação valorativa pudesse ser estabelecida em relação aos au-

tores e à importância de sua teoria, tal como fez o colega, mas, de qualquer forma, agradecemos pelo alerta.

Conselho Federal de Psicologia

As cartas à redação devem ser enviadas datilografadas para a sede do CRP, à Rua Borges Lagoa, 74 - Vila Mariana - CEP 04038-004 - São Paulo - SP. Por uma questão de espaço serão publicadas resumidamente, a critério da redação.

Conselho Regional de Psicologia

Conselheiros:

EFETIVOS: Ana Maria R. de Carvalho, Augusto Sérgio Callile, Cláudia Medeiros de Castro, Cristina Amélia Luzio, Dayse Cesar Franco Bernardi, Floriano Nuno de Barros Pereira Filho, Glória E. B. Pires von Buettner, Helena M. C. de Moura Hirye, José Roberto Tozoni Reis, Marcos Colen, Maria Costantini, Maria Cristina Pellini,

Nilma Renides da Silva, Sérgio Luiz Braghini e Sidnei Celso Corocine.

SUPLENTE: Anita Cecília Lofrano, Cassia Regina Rodrigues, Cassio Rogério D. Lemmos Figueiredo, Luiz Humberto Sivieri, Roberto Moraes Salazar e Sonia M. Carrijo D'Angelo Ribeiro.

O Jornal do CRP é uma publicação oficial do Conselho Regional de Psicologia - 6ª Região

Equipe Editorial: Marcos Colen, Sérgio Braghini e José Roberto Tozoni Reis

Jornalista Responsável: Juliana Motta

Redação: Juliana Motta/Renata Paiva

Revisão: Dinorah Ereno

Diagramação e Editoração Eletrônica:

Digital Artes Com. e Edit. (011) 605-6098

Impressão: Bangraf

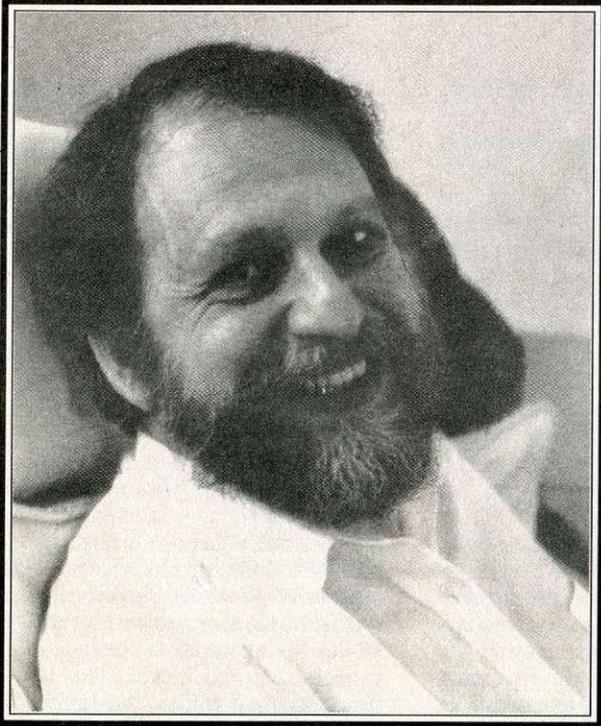
Tiragem: 40.000 exemplares

Periodicidade: Bimestral

Sede: Rua Borges Lagoa, 74 - São Paulo - SP - CEP: 04038-004
Fone: (011) 574-7133 - Fax: (011) 575-0857 - E-mail: crp@psicnet.com.br

ENTREVISTA

Foto: Márcia Zoet



Fábio Landa

A Psicanálise é insubstituível

ÀS VÉSPERAS DE PUBLICAR, NO BRASIL E NA FRANÇA, SEU PRÓXIMO LIVRO, EM QUE ESTUDA AS INTERSECÇÕES ENTRE A PSICANÁLISE E O HOLOCAUSTO, O PSICANALISTA FALA DA TENDÊNCIA ORGANICISTA NO TRATAMENTO DO SOFRIMENTO MENTAL, DA GLOBALIZAÇÃO E EXPLICA POR QUE ACREDITA QUE AUSCHWITZ É A GRANDE MARCA DO SÉCULO 20

curso conquistou definitivamente um lugar no meio de diversos discursos. Da mesma maneira que não se pode apagar, por exemplo, a língua ou manifestações culturais como a literatura, a arte, a pintura, o cinema, pensar que se vai apagar o discurso psicanalítico é uma besteira, fruto da ignorância do que é esse discurso.

Na verdade pode-se admitir que existe uma fragilidade na manutenção de uma identidade clara do psicanalista. É razoável pensar que os psicanalistas, como quaisquer outros profissionais, tenham dificuldades em estabelecer uma fronteira clara com os outros discursos. Fronteira quer dizer aquilo que corresponde à essência do discurso que ele pratica. Portanto, se existe uma certa impressão de crise da psicanálise é porque, de alguma maneira, tanto os psicanalistas quanto os adversários da psicanálise praticam uma espécie de discurso muito bombástico. Que existe um conflito, é evidente. Mas que esse conflito represen-

te perigo para a psicanálise é uma bobagem.

A segunda coisa que eu destacaria é que a questão entre a psicanálise e as ciências muito radicais no discurso positivado, que falam da ótica da objetividade, é, desde seu nascimento, inerente ao discurso psicanalítico. Quer dizer, a psicanálise pretende-se objetiva, mas não se divorcia da subjetividade. E pretende-se subjetiva, mas não se divorcia da objetividade. Efetivamente conseguiu levar em consideração a tendência à objetividade e a necessidade da subjetividade. E conseguiu de tal maneira que sua primeira peculiaridade é ter constituído um discurso ao mesmo tempo subjetivo e objetivo. Ela tem a preocupação com a objetividade, mas fala da subjetividade.

A psicanálise, no campo dos discursos, tem um lugar específico, particular e singular porque, se todas as disciplinas e discursos pretendem pôr o dedo, apontar, expressar um sentido, ela, pelo fato de estar casada com a objeti-

vidade e com a subjetividade ao mesmo tempo, é o único discurso em que a preocupação primeira e fundamental é o não sentido. O que interessa para a psicanálise são as palavras, o discurso antes que ele tenha sentido, a origem do discurso. Nesses termos, ela tem um lugar único e, portanto, é insubstituível.

Quanto à sua luta contra aqueles que a atacam, como as vertentes médicas que pretendem curar doenças mentais através de medicamentos, em princípio poderíamos dizer que isso não é novo, não é mais grave e não é mais escandaloso do que já foi em outros tempos. Porque o discurso psiquiátrico, como o discurso médico em geral, está vinculado, comprometido, concernido pela objetividade. E sabemos muito bem ao que leva o discurso médico quando ele fica muito imantado, atraído, dirigido pela objetividade. As leis nazistas, por exemplo, tiveram apoio fundamental no discurso médico, biológico, mensurativo, que leva a redução do homem ao seu corpo, a sua extrema objetividade. Tanto que, na Alemanha nazista, a classe que mais se "nazificou" foram os médicos, seguida pelas classes dos advogados e dos arquitetos.

Pensar em uma medição dos efeitos do tratamento psicanalítico nos termos da objetividade, de uma grade de avaliação é uma besteira. A psicanálise não pode ser medida por objetividades, por quadros objetivos, ou objetivantes. Ela jamais vai poder se separar daquilo que é o discurso subjetivo que pretende atingir o não sentido. Quando se fala de Prozac, ou de qualquer outro medicamento, são apresentados resultados. Isso tem alguma coisa a ver com a psicanálise? Nada. Isso pode conflitar com a

Fábio Landa é formado em medicina. Exerceu durante algum tempo a psiquiatria, tendo mais tarde optado pela psicanálise. Trabalhou com orientação de grupos de estudo de psicanálise e publicou artigos em revistas e livros. Embora nunca tenha sido contratado pela Universidade, frequentou tanto a PUC, como professor de cursos esporádicos, quanto a USP, onde foi professor de pós-graduação. Saiu do Brasil e foi fazer seu doutorado na França, tendo sido orientado de Pierre Derrida, de quem frequentou os seminários durante seis anos.

Sua tese de doutoramento, que será publicada na França neste início de ano (a data prevista quando da realização desta entrevista era janeiro, fevereiro ou março) e posteriormente no Brasil (lançamento previsto para abril), trata de um casal de analistas judeus, Nicolah Abraham e Maria Poroca, que, segundo sua própria definição, eram de uma vertente teórica filosófica e ao mesmo tempo psicanalítica. O título provisório de seu livro, até o fechamento desta edição do *Jornal do CRP*, era "De Ferenczi a Nicolah Abraham, o percurso psicanalítico" com o subtítulo "Uma intersecção entre a psicanálise e o holocausto".

Atualmente, faz parte da sociedade de psicanálise francesa *College Internationale de Psicanálise e Antropologie*, não filiada à Sociedade Internacional de Psicanálise nem aos grupos lacanianos. Nesta entrevista ao *Jornal do CRP*, Fábio Landa fala sobre a dita crise da psicanálise e de seus estudos sobre o holocausto.

CRP - Em momentos de crise social, como a que vivemos hoje, há um retorno bastante acentuado do tratamento de problemas psíquicos por meio da via medicamentosa, isto é, o psíquico é tratado como orgânico. Por outro lado, ocorrem movimentos de retorno a crenças irracionais e explicações que se pretendem científicas. Nesse contexto, as explicações proporcionadas pela psicologia, de um lado, ou pela psicanálise, de outro, são bastante atacadas. No caso específico da psicanálise, alega-se que são tratamentos de muito longo tempo e caros. A psicanálise encontra-se em crise ou essa crise não é da psicanálise, é uma crise mais ampla?

Fábio - Acho uma bobagem pensar que a psicanálise está em crise, como acho uma bobagem dizer que a história está no fim. A psicanálise não está em crise. Além disso, seu dis-

"A psicanálise não pode ser medida por objetividades, por quadros objetivos, ou objetivantes"

ENTREVISTA

“A metapsicologia, que é a teoria psicanalítica por excelência, não é uma teoria psicológica”

psicanálise? Muito menos. A não ser que estejamos presos a uma ideologia hipersubjetivante, como o misticismo, a superstição, a magia, ao que a psicanálise tem horror, ou a um discurso hiperobjetivante em que se pretende aferir quantos pacientes foram cuidados durante tanto tempo para saber que efeitos foram atingidos, o que não tem absolutamente nada a ver com o tratamento psicanalítico.

Então, para concluir, o conflito entre a psicanálise e todas as práticas que têm só a preocupação com o objetivo não é novo e não vai terminar agora. É só mais um episódio e não é mais grave do que já foi. Mas seguramente não coloca em risco a psicanálise. Eu diria mais: quem se coloca em risco são os discursos hiperobjetivantes ou que pretendem se apoiar só na objetividade dita científica, porque hoje em dia nem as ciências ditas duras são tão objetivas, como pretendem aqueles que atacam a psicanálise.

CRP - O senhor está se referindo a uma psicanálise que vai além da clínica, ou seja, está dizendo que a leitura psicanalítica é válida não só para a clínica?

Fábio - A clínica psicanalítica não se confunde com nenhuma clínica. Nem com a clínica psicológica. A psicanálise não é uma psicologia. Ela é sobretudo uma não psicologia. Só existe teoria psicanalítica enquanto teoria da técnica psicanalítica. A técnica psicanalítica só existe porque ela vem de uma teoria psicanalítica. Portanto, a tensão entre a teoria e a clínica psicanalítica é perpétua. Tanto que a teoria psicanalítica jamais vai dar padrões de comportamento, ou padrões de interpretação psicanalítica, e sua clínica jamais vai poder sofrer uma estatística. Isso se deve ao fato de que é uma clínica peculiar, porque é também expressão, digamos assim, uma manifestação. Ela é fruto de uma teoria peculiar que é a metapsicologia. De tal maneira que a metapsicologia, que é a teoria psicanalítica por excelência, não é uma teoria psicológica.

O psicólogo, por exemplo, pode apresentar o seu caso de maneira aparentemente numérica. Antes o paciente estava doente, não tinha umas tantas capacidades e agora, no fim do tratamento, readquiriu umas tantas coisas. Aliás, a questão começa na denominação. Tenho extrema dificuldade em pensar em uma pessoa que está se tratando psicanaliticamente como paciente. Acho que um analista não tem paciente. O analista está diante de um estrangeiro, mas é muito problemático pensar que um analista esteja diante de um paciente.

Se um psicólogo ainda pode ter essa descrição da evolução do caso, o psicanalista absolutamente não a tem. Muitas vezes na evolução de um caso de um psicanalista, o “paciente” “piora” muito. Até porque a psicanálise não é adaptativa, mas essencialmente uma posição interpretativa da cultura e do ambiente em que nós vivemos. Se é interpretativa, ela não pode ser adaptativa. Portanto, a psicanálise não tem absolutamente nada a ver com uma técnica de tratamento. Ela pode ser uma técnica de tratamento, uma terapia. Mas não se es-

gota nisso; e pensar a psicanálise nestes termos é simplesmente desconhecê-la.

CRP - Então, na sua opinião, a psicanálise é um instrumental também para interpretação da cultura.

Fábio - O termo cultura é bastante vago. Mas sim, se eu tivesse que dizer, eu diria que sim. Diria que o psicanalista, no encontro com esse outro tão desconhecido, esse estrangeiro que o freqüenta três, quatro vezes por semana, efetivamente mergulha num mundo cuja essência é simbólica. O elemento da psicanálise é o símbolo, e todo encontro analítico coloca em xeque os dois conjuntos simbólicos: o daquele que está sendo analisado e o daquele que está sendo analisado. E isso para mim é uma crítica da cultura e uma criação de cultura. Ou seja, esse encontro, ou desencontro simbólico, esse desarranjo simbólico para a ressimbolização é, ao mesmo tempo, uma crítica de cultura e uma criação de cultura. Nesse sentido, jamais a psicanálise vai poder ser uma visão de mundo. O psicanalista não tem visão de como o mundo deve ser, de como o “paciente” deve ficar. É fora de cogitação, porque a psicanálise é uma crítica, uma interpretação e uma criadora de cultura.

CRP - Quando Freud escreveu “O mal-estar da cultura”, muitas vezes traduzido como “O mal-estar da civilização”, ele não está exatamente recorrendo a essa hipótese de fazer a crítica da cultura por meio da leitura que a psicanálise proporciona?

Fábio - Penso que um texto que não podemos esquecer jamais é “A interpretação dos sonhos”, uma espécie de fonte inesgotável do que seja a psicanálise. Se existe algo que a psicanálise introduziu e que não se pode mais esquecer é que eu não sou jamais um. Eu sou, pelo menos, dois. Esta homogeneidade do mundo aí, no caso do mundo interno, não existe. Eu sou pelo menos dois. E dois extremamente problemáticos, que jamais podem se reduzir a um, nem por hegemonia, nem por acordo, nem por eliminação. À noite, quando sonho, surge um eu que não posso reconhecer em hipótese nenhuma como eu mesmo e, no entanto, sou eu mesmo. Esse foi o grande espanto que Freud mostrou ao mundo: que eu sou estrangeiro de mim mesmo. Se nós pensarmos, depois de todos os remanejamentos da teoria freudiana, seja porque eu admita uma sexualidade infantil, a transferência, a projeção, seja porque eu admita todos os mecanismos que depois a teoria psicanalítica modificou, não se modifica isso: eu enquanto eu sou um eu muito modesto. Eu tenho que ter muita modestia porque em mim habita um estrangeiro de mim mesmo. Um estrangeiro irredutível do primeiro ao último dia da minha vida.

Podemos pensar, se quisermos, que disso há uma decorrência ética. Se pensamos a éti-

ca como as leis da hospitalidade, aquilo que arregimenta, que regula a hospitalidade, a psicanálise é um discurso ético, quer dizer, como é que eu recebo, acolho, me relaciono com o estrangeiro. Nesse sentido, a crítica da psicanálise à cultura é uma crítica da hospitalidade. É muito difícil, por exemplo, um psicanalista pensar em exclusão. Porque quem bate à porta do psicanalista é um excluído que está tentando entrar. É uma criança. E uma criança faz exatamente isso. Ela bate à porta do mundo e diz: posso entrar? Então, a psicanálise tem uma postura crítica, uma atitude crítica em relação ao seu ambiente, às regras da hospitalidade, à exclusão, ao rebaixamento do outro, à tentativa de eliminação do outro.

Por isso, a psicanálise exige algumas condições para existir. Uma dessas condições é que, de alguma maneira, a religião não esteja associada ao Estado. Num Estado religioso a psicanálise tem pouca possibilidade. A segunda coisa são as explicações supersticiosas ou religiosas da personalidade, seja lá o que for doença mental. Quer dizer, não se pode ter explicações religiosas que sufocam qualquer possibilidade para o pensamento psicanalítico. Essas são as condições para a psicanálise existir.

Mas podemos dar um passo a mais. Se a psicanálise é também esse discurso único que se preocupa com o não sentido, poderíamos pensar que é também uma crítica, que esta orelha psicanalítica que escuta o deslizamento daquilo que as palavras veiculam, escuta as mudanças das nuances daquilo que as palavras podem dizer. De tal maneira que o psicanalista tem extrema dificuldade em pensar que a frase dita queira dizer só aquilo, que aquilo que se diz é só o que está sendo dito. Este é, por exemplo, o apanágio dos regimes totalitários, em que aquilo quer dizer isso. O psicanalista não existe nesse regime. O psicanalista está atento a essa dissolução, a essa oscilação das palavras e do discurso de cada um. Então, nesses termos, poderíamos pensar que o psicanalista não é só um crítico, mas um amante da cultura. É um amante que não pode existir sem, mas não pode se fundir com.

CRP - Há uma certa redução da psicanálise à obra de Freud. Como o senhor analisa isso e como vê as tendências teóricas que emergiram a partir de Freud?

Fábio - No meu ponto de vista a psicanálise existe porque existe o discurso freudiano. Quer dizer, a única coisa que sustenta a existência da psicanálise é que ela alguma vez foi dita. Alguém alguma vez falou em inconsciente, em sonho, em pulsão. Foi Freud quem fez esse discurso, portanto o que sustenta a psicanálise é o discurso freudiano. Pensar que Freud esgotou a psicanálise parece extremamente problemático. Não falar a partir de Freud parece-me simplesmente não falar de psicanálise.

CRP - Mas o senhor não considera que há autores que não receberam o devido reconhecimento por suas produções também a partir do discurso freudiano?

Fábio - Creio que muitas vezes acontece na psicanálise o que acontece em qualquer agrupamento humano. A questão do reconhecimento é sempre muito impregnada de narcisismo e de lutas e ferimentos narcísicos. Muitas vezes o reconhecimento que temos ou que nos é atribuído não vem sob a forma de aplauso, mas sob a forma de ferimento.

Algumas correntes psicanalíticas praticamente submergiram nos cem anos de psicanálise pelo impacto de alguns discursos exteriores à psicanálise. A psicanálise, de alguma maneira, é uma grande corrente de pensamento que esconde algumas correntes profundas como se fossem extremamente preciosas para que elas não possam ser mortas, digamos assim. E efetivamente nos cem anos em que existe, ela foi ameaçada de extinção. Não de extinção enquanto discurso, mas de extinção física, enquanto prática. Quer dizer, exterminam-se os praticantes da psicanálise. Claro, o discurso psicanalítico se torceu, se retorceu e se contorceu em função e em resposta a essas muito seriíssimas ameaças. Um bom exemplo é o discurso racista. Outro exemplo, no próprio seio da psicanálise, são as posições extremamente problemáticas de Jung. Ou, ainda, as posições vindas da filosofia, que ela assumida por Heidegger. São extremamente problemáticas e, mesmo que a psicanálise não tenha dado resposta a isso, de alguma maneira seu discurso é uma resposta a isso.

Para citar só algumas vertentes psicanalíticas: Ferenczi, por exemplo, hoje em dia começa a emergir. E Ferenczi está no âmago da psicanálise; a tensão entre Freud e Ferenczi é extremamente interessante. No âmbito da psicanálise se excluiu pessoas por serem loucas como Reich. A psicanálise também não esteve isenta de ter os seus pequenos ou grandes ditadores. A biografia que Ernest Jones escreveu sobre Freud, por exemplo, é absolutamente apologética da psicanálise. Nada menos psicanalítico na história da psicanálise, mas, ao mesmo tempo, como testemunho histórico, não deixa de ser interessante.

CRP - Seu próximo livro, que será publicado na França e no Brasil, trata dessas correntes que submergiram?

Fábio - De minhas preocupações com esses cem anos de psicanálise, isolo uma que é essencial. Tenho uma grande e múltipla dificuldade porque parece uma ousadia, uma audácia, posso estar errado, mas, na minha opinião, a marca do século XX é a invenção de Auschwitz. Auschwitz inventou a perspectiva de eliminação do outro com os meios técnicos para isso. Portanto, o discurso nazista preocupa-me quase tanto quanto o discurso psicanalítico. Porque a oposição é de duas grandes leis. Se a lei judaica e, digamos assim, da tradição psicanalítica (a psicanálise é absolutamente devedora da lei judaica) é a da interdição de “Não matarás”, a lei nazista é exatamente o seu antípoda, ou seja, a tentativa de positividade daquilo que é uma interdição. Então o mandamento fundamental é “matarás”. “Matarás” é um imperativo no discurso nazista.

Isso cria situações bastante importantes na psicanálise. E a psicanálise brasileira absolutamente não está alheia a esse tipo de problemática. Muito pelo contrário. Nós vimos recentemente, nos anos 70, um psicanalista que dava uma parte do seu tempo como membro de uma equipe de tortura da ditadura militar. Poderíamos pensar que esse é um caso único. Não é. Um grande analista didata da Socieda-

“É muito difícil um psicanalista pensar em exclusão. Quem bate à porta do psicanalista é um excluído que está tentando entrar”

ENTREVISTA

de Brasileira de Psicanálise acobertou durante anos esse psicanalista que dava parte do seu tempo como torturador.

Isso me parece absolutamente paradigmático: a coexistência de um homem no século XX que, ao mesmo tempo, tenta ser psicanalista e nazista. Se tentarmos cavucar um pouco esse tipo de situação vamos muito longe na história e muito longe nas repercussões. Primeiro na história: o analista desse cavalheiro que foi metade do tempo torturador e metade analista é um judeu. Este, por sua vez, foi analisado por um analista vindo de Berlim que chegou ao Rio de Janeiro e foi um dos fundadores da Sociedade Brasileira de Psicanálise. O analista do torturador psicanalista era um judeu que se analisou com ele. Só aí já temos extenso material.

No Rio de Janeiro existe um grupo de pessoas que lutou durante 30 anos para não deixar esse assunto esmorecer e ganhou. Agora, o analista didata que acobertou o seu discípulo finalmente foi expulso da Sociedade Brasileira de Psicanálise. Isso parece extraordinário para a psicanálise. Mas também parece extraordinário para a psicanálise a demora dessa decisão: 30 anos é muito tempo. Mas, ao mesmo tempo, seja em âmbito nacional, seja em âmbito internacional, o fato de que pessoas se batiam para levantar esse caso, para levá-lo às últimas conseqüências, parece-me um assunto extraordinário para a história da psicanálise, tanto pela demora quanto pelo ponto final. Quer dizer, é extraordinário positiva e negativamente. A psicanálise tem essa porosidade, essa flexibilidade em relação aos discursos circundantes e sobretudo com o nazismo. Mesmo que aparentemente não tenha.

Também poderíamos pensar outra questão importante: a da mentira. Não enfrentamos só o problema da exterminação física da psicanálise, a intolerância física da psicanálise por alguns regimes. Enfrentamos também a possibilidade de corromper, inviabilizar, paralisar a prática psicanalítica através da difusão e institucionalização da mentira, capazes de imobilizar o discurso psicanalítico. Na Rússia stalinista, por exemplo, a psicanálise ficou imobilizada, encapsulada. Havia algo como um quisto psicanalítico que ficou parado no tempo. Nem desapareceu nem se desenvolveu. Ficou suportando o peso da mentira do Estado.

Então, as minhas preocupações são muito voltadas para essa relação entre o extermínio do outro com a xenofobia, com a mentira, com esse tipo de problemática que me atinge muito particularmente.

CRP - Em um de seus textos, "A educação após Auschwitz", Theodor Adorno diz que é impossível pensar uma educação, se as condições que levaram a Auschwitz não foram eliminadas. O senhor não acha que Auschwitz é, mais do que uma perspectiva, um modelo de exterminação, com todos os recursos técnicos e tecnológicos e que, conseqüentemente, tem possibilidades de generalização?

Fábio - Quando digo que há perspectiva estou me referindo não só à realização, mas a um projeto. Talvez exista uma coisa pior do que Auschwitz que é a perspectiva de ter para sempre Auschwitz, de que para sempre terá uma raça de senhores e uma raça de inferiores. É possível imaginar que Auschwitz permaneça.

Na Alemanha nazista, creio que foi dado o modelo, o grande paradigma do século 20. Porque quando penso em técnica, penso em tecnicidade. A tecnicidade filosófica, jurídica, universitária, médica, o jargão de todos os discursos estiveram completamente transformados pela presença nazista, a tal ponto que penso que a língua alemã não pode ser confundida com a língua nazista. Penso inclusive que é muito problemático poder dizer que existe uma língua nazista. Porque uma língua, *a priori*, é essencialmente introjetiva, inclusiva. Os nazistas conseguiram promover uma fissura na língua que a tornou capaz de designar aqueles que seriam excluídos da língua e, portanto, da vida. São não homens porque não podem mais ser incluídos na língua.

Uma nação, se ainda existe essa categoria, um agrupamento humano que fala uma língua louca, nazista, que exclui, como se pudéssemos pensar numa língua que exclui, é mais ou menos como se pudéssemos pensar que a mãe pode jogar o seu bebê pela janela. A função materna supõe que a mãe pegue o filho. De uma mãe que joga o seu filho pela janela, já não se pode falar em função materna. Ou seja, criou-se uma língua que exclui da sua comunidade falante os seus membros e cria dispositivos lingüísticos inclusive para excluir. Como é que o próprio instrumento que humaniza pode criar dispositivos que desumanizam o homem, fazer com que não seja mais homem diante da língua? O extermínio é a ilusão do um. Para os nazistas era isso: uma terra, uma pátria, um filho, a ilusão do um, da ausência do pacto. A ilusão do um elimina a necessidade de fazer acordos e pactos. Não existem mais pactos. Não existem mais combinações.

Em relação à persistência, não são as condições só que me preocupam, mas é a entrada do nazismo na história do mundo. Como psicanalista não posso pensar que alguma coisa que existiu vai deixar de existir. Quer dizer, vai existir para sempre como manifestação do homem. Agora, qual é o dever que se tem, qual é a herança que se tem? Porque temos que assumir essa herança do nazismo. Não se pode pensar que o nazismo não seja nossa herança. O nazismo é também nossa herança.

CRP - No mundo dito globalizado ocorre uma semelhança muito forte com o que o senhor está apontando sobre o nazismo. Há espaço para um único discurso, tecnológico e cada vez mais específico, ao qual nem todos têm acesso.

Fábio - Não podemos confundir globalização com universalismo. Penso que, de alguma maneira, tenta-se aproximar a globalização de universalidade. Acho que são duas coisas. Uma coisa são valores

universais como os direitos do homem etc. Não tenho certeza de que isso tenha a ver com globalização. Globalização pode parecer com, mas não é.

Nesses termos, alguma coisa que possa parecer homogeneização é muito perigosa. A homogeneização sempre preocupa muito, porque significa que um desapareceu. Um que é o heterogêneo de mim, que é radicalmente diferente de mim, ou irredutível a mim mesmo. Quer dizer, ele é irredutivelmente distinto e diferente de mim. A homogeneidade faz sempre supor que alguém desapareceu. É o desaparecimento de alguém nas minhas próprias cogitações enquanto discurso interno de mim mesmo. É extremamente preocupante. A homogeneização é sempre totalizante, nunca é universalizante. A totalização com a universalização não fazem bom casamento. A tentativa de assimilar essas duas categorias a uma só, ou uma à outra, é extremamente problemática.

CRP - O senhor falou sobre a questão da mentira e citou Ferenczi. Este autor redefine trauma, colocando-o no contato da criança com a mentira do adulto. Nesse sentido, Auschwitz não é um trauma da civilização contemporânea?

Fábio - É mais do que isso. É uma catástrofe do discurso. A produção dessa "língua" nazista foi uma espécie de catástrofe equivalente à hipótese de que um dia um asteróide se chocou contra a terra e foi o responsável pelo extermínio dos dinossauros. Digamos que isso seja verdade ou mentira. Mas é um jeito de pensar uma metáfora. Que tenha existido um astro que tenha se chocado com o discurso civilizatório e mostrado que a língua pode desaparecer e, portanto, a humanidade pode desaparecer. Porque no caso do nazismo, não era só o povo judeu que ia desaparecer. O povo alemão podia desaparecer muito mais. Só que não desapareceu. É uma catástrofe do discurso e, portanto, uma catástrofe da hominização do homem, ou seja, o homem sem discurso, se é que se pode pensar alguma coisa nesse sentido.

A questão da mentira, no século XX, ganha uma conotação essencial. Ferenczi, por exemplo, que identificou na mentira dita para uma criança um trauma. Vamos tomar isso psicanaliticamente. Significa que a mentira é capaz de provocar uma organização psíquica que reduz dramaticamente as condições de um ser. Ferenczi dizia uma coisa do tipo "a mentira paralisa o pensamento".

De outra parte, por exemplo, Hannah Arendt falou uma coisa absolutamente extraordinária em seu livro "A condição do homem moderno". Segundo ela, no século XX ocorreram duas coisas que mudaram a

"O discurso da objetividade é aquele que não tem a preocupação de desmascarar o que é mentira ou verdade"

perspectiva do homem, a visão do homem de si mesmo. A primeira foi o homem poder sair do planeta Terra, ter condições de existir fora da Terra. Jamais isso aconteceu na história. É um fato absolutamente novo que o homem possa deixar o planeta. Podemos pensar em todas as repercussões e ressonâncias psicanalíticas: que o homem pode deixar sua mãe, por exemplo. Acredito que, mesmo com toda a antipatia que ela tinha à psicanálise, isso estava no pensamento de Hannah Arendt.

A segunda condição que Hannah Arendt apontou e que mudou completamente a condição do homem foi aquilo que ela chama de mentira absoluta. Não precisamos fazer nenhuma história da mentira para saber que já se mentia antes do século XX, mas o que Arendt aponta é muito especial: a mentira como fundamento, como princípio, como o mote principal dos governos para governar. Isso muda completamente a perspectiva que podemos ter do homem. Se é que podemos pensar que um homem pode ser homem na mentira. Se retomamos Ferenczi, por exemplo, o homem não pode se hominizar na mentira, porque ele se paralisa na mentira.

Então, voltando a Hannah Arendt, qual é a condição do homem moderno? É que o governo governa através de mentira. Como podemos pensar que um governo governa através de mentira? Ele governa através de uma língua em que a mentira não aparece como mentira, mas como verdade. Se a mentira aparece como verdade, ela não é mais mentira. Mas não é porque ela não aparece mais como mentira que ela deixa de ser mentira e passa a ser verdade. Ela continua sendo mentira. Mas tornou-se um instrumento ainda mais poderoso, porque o homem não é capaz de identificá-la como mentira.

Mentira e verdade são coexistentes, coessenciais. A mentira e a verdade nascem juntas. Você não pode saber jamais se eu estou falando a verdade. A única coisa que permite saber que eu estou falando a verdade é que eu estou tentando falar a verdade, mas que eu posso falar mentira. É exatamente o fato de que eu posso falar mentira que de alguma maneira me permite falar a verdade.

Se retomarmos o início do nosso encontro, o discurso da objetividade tem um grave problema, sobretudo no século XX. Ele não questiona o que é mentira ou verdade. Ele toma aquilo que é o discurso do mundo como veículo da verdade, como veículo da prática, que é o grande risco da tecnicidade. A técnica começa a ser tomada como filosofia. Mas a técnica não é filosofia. A técnica é técnica. O discurso da objetividade é aquele que se despreocupa, ou que não tem a preocupação de desmascarar o que é mentira ou verdade. E nesse momento estamos perdidos porque não sabemos mais e não podemos mais saber o que é mentira ou verdade.

"O imperativo nazista é 'matarás' e a psicanálise brasileira absolutamente não está alheia a este tipo de problema"

PORTE DE ARMAS

Polícia Civil faz credenciamento

A Divisão de Produtos Controlados do Departamento de Polícia Científica do Estado de São Paulo está realizando estudos para edição de portaria estabelecendo critérios para a realização dos exames de aferição psicológica para manuseio de porte de arma de fogo no âmbito do Estado. A informação foi prestada pelo diretor da Divisão, delegado Marco Antônio Martins Ribeiro de Campos, em reunião realizada com o conselheiro-presidente do CRP-06, Sidnei Corocine, no dia 28 de janeiro. O atestado psicológico é uma exigência do Decreto Federal 2.222, de 8 de maio de 1997, que estabelece condições para registro e porte de arma, sendo que o Porte Federal de Arma está a cargo da Polícia Federal e o Porte Estadual é uma responsabilidade da Polícia Civil de cada Estado.

Até a realização da reunião, a informação disponível era que a Divisão não faria o credenciamento de psicólogos e aceitaria laudo fornecido por qualquer profissional inscrito no CRP, conforme foi comunicado oficialmente ao Conselho, através do ofício 03/98, as-

sinado pelo então responsável pela Divisão, delegado Claudinê Pascoetto. Na ocasião, o Conselho enviou resposta à Divisão manifestando preocupações quanto à padronização dos exames e à exigência, explícita no ofício, de que os laudos psicológicos expedidos sejam conclusivos. Como o delegado responsável pela Divisão havia sido recentemente substituído, o novo responsável pelo setor convidou o conselheiro-presidente do CRP, Sidnei Corocine, para uma conversa em que seriam discutidas essas e outras questões referentes à realização dos exames psicológicos.

Durante a reunião do dia 28, o conselheiro-presidente do CRP explicou a Ribeiro de Campos os impedimentos técnicos e éticos para que o psicólogo forneça laudo conclusivo. Citando as deliberações dos I e II Congressos Regionais e Nacionais da Psicologia, Corocine falou da impossibilidade de que o profissional dê laudo que faça afirmações que vão além do momento em que o sujeito está sendo analisado e reiterou a preocupação do Conselho em relação às questões

éticas implícitas na relação entre o profissional e o sujeito analisado.

Segundo o atual delegado, enquanto a Divisão prepara a portaria para disciplinar o exame psicológico, o credenciamento está sendo feito de acordo com os critérios estabelecidos pelo artigo 2 da Portaria DPC 1/97, de 23 de setembro de 1997, que exige do profissional de psicologia os seguintes documentos: a) requerimento endereçado ao delegado divisionário, solicitando o credenciamento no qual conste declaração de estar o interessado ciente das exigências legais para o desempenho da função; b) prova de inscrição no Conselho Regional de Psicologia; c) relação nominal do pessoal técnico ou burocrático com a comprovação de escolaridade, inclusive vínculos empregatícios; d) relação e descrição dos aparelhos e equipamentos; atestado de antecedentes criminais de cada dirigente ou profissional responsável; e) recolhimento de taxa que for fixada pela Secretaria da Fazenda do Estado. Ainda segundo Ribeiro de Campos, a nova portaria deverá conter critérios técnico-administrativos para o

credenciamento e realização dos exames psicológicos.

Em relação ao Porte Federal de Arma (de âmbito nacional), a Academia Nacional de Polícia (ANP) já estabeleceu os critérios que deverão ser seguidos para a realização dos exames psicológicos. Segundo informações do psicólogo da ANP Luciano Raguzzoni, a Polícia Federal não credenciará clínicas, apenas pessoas físicas para realizar os exames psicológicos. Para sua realização, os profissionais deverão utilizar alguns instrumentos selecionados entre inventários de personalidade, testes projetivos e entrevistas, e a correção será feita em software especialmente desenvolvido para gerenciar um banco de dados nacional. Raguzzoni explicou também que a ANP exigirá do profissional que queira trabalhar na aferição de aptidão psicológica a comprovação de experiência ou realização de curso de habilitação com no mínimo 80 horas/aula, inscrição no CRP, local apropriado com no mínimo 4 metros por candidato ou 2 metros por pessoa para as aplicações coletivas e microcomputador.

AGENDA

Graduação em Psicologia - No dia 7 de março, na nova sede do CRP à Rua Arruda Alvim, 89 - Pinheiros, realiza-se o Encontro sobre Graduação em Psicologia: novas diretrizes curriculares. O objetivo do evento é discutir novas diretrizes curriculares para os cursos de psicologia em relação aos resultados do Fórum Nacional de Formação e a solicitação da SESU-MEC (edital 04/97). Estarão participando representantes dos cursos de psicologia do Estado, além de professores e estudantes.

Mercado de Trabalho - O Sindicato dos Psicólogos realiza, em parceria com o Instituto Sedes Sapientiae, de 6 de março a 3 de julho, o curso "A psicologia, o psicólogo e o mercado de trabalho: uma proposta de transformação política". O curso será destinado a

psicólogos e alunos do 5º ano de psicologia e será realizado através de aulas expositivas, seminários e debates, nas sextas-feiras, das 14h às 17h. Serão oferecidas 40 vagas e as inscrições vão do dia 2 de fevereiro ao dia 6 de março. O Sindicato oferecerá 20 bolsas integrais para psicólogos sindicalizados e em dia com o pagamento da anuidade. Informações pelos telefones (011) 852-4929, 852-7486 e 3064-2310 ou diretamente na sede do Sindicato, à Rua Arruda Alvim, 391 - Pinheiros - São Paulo.

Psiquiatria - A Federação Latino-americana de Psiquiatria da Infância, Adolescência, Família e Profissões Afins (Flapia) realiza, de 1 a 3 de maio no Hotel Maksoud Plaza, em São Paulo, seu 1º Congresso, destinado a profissionais

das áreas da saúde, educação, justiça, ciências sociais e filosofia. Na mesma data realiza-se o "III Encontro Adolescência e Violência: Consequências da realidade brasileira". Maiores informações pelo fone/fax (011) 282-0180.

Relações - "A Revolução das Relações - o ser humano emerge no mundo organizacional" é o tema geral do VII Encontro Sul-americano de Recursos Humanos e XI Encontro Nacional de Administradores e Psicólogos, de 27 a 30 de maio, em Gramado, no Rio Grande do Sul. O evento contará com mais de 60 atividades, entre seminários, conferências interativas, painéis, mesas-redondas, palestras, oficinas e outras. Informações pelo telefone (051) 332-9293, fax (051) 332-8404 ou e-mail: racional@portowb.com.br

Psicodrama - Estão abertas as inscrições para os cursos de especialização em psicodrama aplicado e terapêutico, da Associação Brasileira de Psicodrama e Sociodrama. Maiores informações pelos telefones: (011) 571-2602 e 575-5994.

Atenção Psicólogo

A fundação Seade comunica a todos que em sua homepage <http://www.seade.gov.br> estão disponíveis dados sobre a realidade profissional dos psicólogos, tradicionalmente publicados no Anuário Estatístico do Estado de São Paulo.

ESPECIAL III CONGRESSO REGIONAL DA PSICOLOGIA

Destaque e cole em seu local de trabalho

PSICÓLOGOS DISCUTEM GLOBALIZAÇÃO

CATEGORIA COMEÇA A SE MOBILIZAR PARA EVENTO EM MAIO

Os psicólogos da Sexta Região já começaram os preparativos para o III Congresso Regional da Psicologia, a ser realizado de 15 a 17 de maio, em São Paulo. A exemplo dos dois congressos anteriores, também este terceiro será antecedido por encontros preparatórios que deverão acontecer na sede e em todas as subsedes do CRP-06 durante os meses de fevereiro e março (veja programação ao lado) e por pré-congressos, que deverão acontecer em abril.

O III Congresso Regional da Psicologia tratará de três temas básicos: "Globalização e repercussões na profissão: estratégias de ação", "A psicologia e os movimentos estratégicos para intervenção da autarquia nas políticas públicas" e "A profissão do psicólogo e suas interfaces: diretrizes para a ação dos conselhos", escolhidos pela Assembléia das Políticas Administrativas e Financeiras (Apaf), formada por representantes dos Conselhos Regionais de todo o país.

De acordo com informações do conselheiro do CRP-06 José Roberto Tozoni Reis, em São Paulo a gestão **Psicologia em Ação** subdividiu os temas para otimizar as discussões e a formulação de propostas. Dessa forma, a globalização será discutida tendo como referências temáticas o Mercosul e a desregulamentação da profissão. A questão das políticas públicas também foi subdividida, e as discussões serão feitas por áreas de atuação (saúde, educação, ação social), assim como as referentes às interfaces da psicologia, que também serão debatidas tendo como base os setores de atuação profissional (educação, saúde, psicologia do trabalho e ação social).

GLOBALIZAÇÃO

Em relação à globalização, o que tem aparecido muito como consequência direta é a questão do Mercosul. Já existe um movimento dos psicólogos dos países que pertencem ao Mercosul no sentido de tratar das questões referentes à profissão com a abertura de fronteiras.

O congresso pretende discutir que tipo de implicações essa abertura de fronteiras deve trazer para o psicólogo brasileiro. Isso porque, apesar de a psicologia ser considerada uma profissão liberal, na realidade a grande maioria dos profissionais atua como empregado. "Pretendemos discutir e definir rumos políticos para as entidades poderem agir em relação ao Mercosul", explicou Tozoni.

DESREGULAMENTAÇÃO

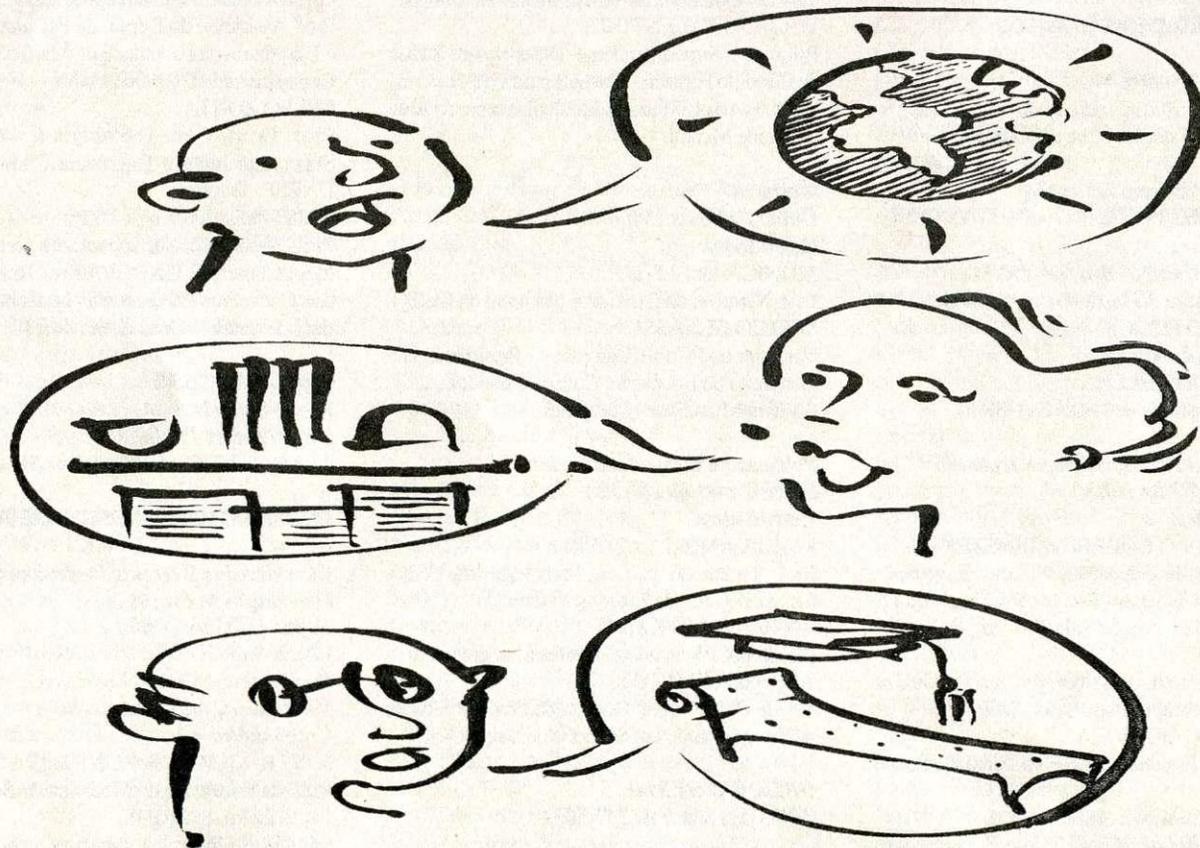
No que diz respeito à desregulamentação da profissão, deverá estar na berlinda o pressuposto neoliberal de que todas as atividades devem ser "naturalmente" reguladas pelo mercado. Na discussão, deverão entrar em pauta, além do grande avanço tecnológico dos últimos anos, os componentes ideológicos que determinam o novo tipo de subjetividade criada com o mundo dito globalizado.

Aí estarão sendo discutidas as questões referentes aos papéis do Estado e as consequências da implementação do

programa privatizante do governo atual, além das formas pelas quais a psicologia pode se manifestar nesse contexto. "Temos visto que os psicólogos e as entidades de psicologia têm duas formas de se colocar nessa questão: uma é compor com as outras forças sociais que pensam que o Estado deve ser forte no sentido de intervir nas relações sociais de maneira democrática e que garanta condições mínimas de vida para todos. A outra é propor formas para se lidar com o uso que se faz dos meios tecnológicos para impor à população a concepção de que essa ordem é inexorável e imutável, como se fosse uma coisa fatalista o que produz a subjetividade do auto abandono, do desânimo", disse Tozoni.

INTERFACE

A questão deverá abordar a prática profissional do psicólogo que tem sido cada vez mais em contextos em que a atuação deve ser articulada com profissionais de outras áreas e outros saberes. O tema já vem sendo discu-



tido desde os congressos anteriores da psicologia, mas pela primeira vez como tema específico. Serão consideradas as principais dificuldades e conflitos por que o profissional da psicologia vem passando. Os profissionais esperam definir diretrizes para que as entidades possam atuar junto à categoria na questão do trabalho em conjunto com outras profissões.

As decisões tomadas no III Congresso Regional da Psicologia serão encaminhadas ao III Congresso Nacional da Psicologia, que se realiza em junho. Veja nas páginas a seguir como participar das atividades preparatórias do Congresso e conheça o Regimento do evento.

Informe publicitário

DISQ FREUD

SP - (011) 815-3344 BIP 6R29
RJ - (021) 442-2430

Atendemos em todo o Brasil
PORTUGUÊS - 24 Vols. - Ed. Imago - à vista 370 - 2X 195
3X 138,00 - Atendemos vols. Avulsos - CASTELHANO - 25 vols. - Ed. Amorrortu - ESPANHOL - 3 vols. - Ed. Nueva - SOB CONSULTA - Lançamentos: CD-ROM FREUD PORTUGUÊS - à vista 110 - 2X 60,00 - MELANIE KLEIN - OBRAS

COMPLETAS - EDIÇÃO DE LUXO

Entrega a domicílio

de Segunda a sábado de 8:00 às 20:00 horas

CGC 72.082.308/0001-34

ESPECIAL III CONGRESSO REGIONAL DA PSICOLOGIA

Destaque e cole em seu local de trabalho

III CONGRESSO REGIONAL DA PSICOLOGIA PARTICIPAR

PROGRAMAÇÃO SÃO PAULO

Local dos Eventos

Nova Sede - Rua Arruda Alvim, 89 - Pinheiros
Próximo à Estação Clínicas do Metrô

Políticas Públicas: Educação

Data: 03/03 às 19h30

Convidados:

MARIA HELENA SOUZA PATTO
Profª Doutora do Instituto de Psicologia - USP
ROBERTO FELÍCIO
Presidente da APEOESP
OTAVIANO HELENE
Prof. do Instituto de Física da USP

A Psicologia e a Interface no Trabalho

Data: 05/03 às 19h30

Convidados:

JOSÉ PAULO CORREIA MENEZES
Secretário de Educação, Cultura, Esportes e Lazer de Diadema - Prof. de Psicologia da Faculdade Metodista de S. B. do Campo
LENI SATTO
Profª do Depto. de Psicologia Social e do Trabalho do Instituto Psicologia - USP
ROBERTO GOUVEIA
Deputado Estadual - PT/SP - Médico Sanitarista

Políticas Públicas: Saúde

Data: 10/03 às 20h00

Convidados:

GASTÃO VAGNER SOUZA CAMPOS
Prof. do Depto. de Medicina Preventiva - UNICAMP - Coord. Pós Graduação em Saúde Pública - UNICAMP
ADRIANO DIOGO
Vereador PT/SP - Geólogo
ANTONIA M. BRANDÃO CIPPOLLA
Psicóloga Coord. do Curso de Especialização da UNITAU - Especialista em Saúde Pública

A Psicologia e a Interface na Educação

Data: 12/03 às 19h30

Convidados:

ODAIR SASS
Doutor em Psicologia Social
Prof. do Programa de História e Filosofia da Educação - PUC - SP
RAQUEL S. LOBO GUZZO
Psicóloga Doutora em Psicologia Escolar
Tesoureira da Assessoria Interna da ISPA
GLÓRIA ELISA B. PIRES
Profª Doutora da Pontifícia Universidade Católica PUCAMP - Conselheira Vice-presidente do CRP-06

A Globalização e as Repercussões na Psicologia: Desregulamentação da Profissão

Data: 13/03 às 19h30

Convidados:

JOSÉ LEON CROCHIK
Prof. do Instituto de Psicologia - USP - Pesquisador do CNPq
JOSÉ R. TOZONI REIS
Prof. da Faculdade de Medicina de Botucatu
Conselheiro do CRP-06

A Psicologia e Interfaces na Saúde

Data: 17/03 às 19h30

Convidados:

IZABEL MARAZINA
Psicóloga, Psicanalista, Analista Institucional
MARI ANGELA QUARENTI
Ter. Ocupacional do Hospital-dia da UNESP
WILIANS VALENTINI
Psiquiatra, Superintendente do Serviço de Saúde de Cândido Ferreira - Consultor da OPAS - Consultor da Assoc. Mundial de Psiquiatria para a Área de Saúde Mental

Mercosul

Data: 19/03 às 19h30

Convidados:

MÔNICA VALENTE
Psic. Membro da Executiva Nacional da CUT
SERGIO BENASSI
Vereador do PCdoB/Campinas - Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esportes da Câmara Municipal - Campinas

Políticas Públicas: Ação Social

Data: 24/03 às 19h30

Convidados:

MARIA AMÉLIA AZEVEDO
Profª Titular do Inst. de Psicologia da USP - Coord. do Lab. de Estudos da Criança - LACRI
ANTÔNIO LANCETTI
Psicólogo, Psicanalista, Analista Institucional
ALDAIZA SPOSATI
Ver. do PT/SP - Profª Doutora do Prog. de Estudos de Pós-graduação em Serviço Social da PUC-SP

PRÉ-CONGRESSO

28/03 das 9h30 às 17h30

PROGRAMAÇÃO SUBSEDE DE ASSIS

A Desregulamentação da Profissão e o Cotidiano do Psicólogo

Data: 11/03 às 8h30

Local: Salão de Atos da UNESP

Av. Dr. Antônio, 2100 - Assis - SP

Convidados:

ODAIR SASS
Doutor em Psicologia Social - Prof. do Programa de História e Filosofia da Educação - PUC - SP
DAYSE CESAR FRANCO BERNARDI
Conselheira do CRP-06 - Representante do Brasil na Assoc. Iberoamericana de Psicologia Jurídica - Psicóloga Judiciária do TJ de SP
GLÓRIA ELISA B. PIRES
Profª Doutora da Pontifícia Universidade Católica PUCAMP - Cons. Vice-presidente do CRP-06

A Desregulamentação da Profissão e o Cotidiano do Psicólogo

Data: 19/03 às 8h30

Local: Anfiteatro da UNESP

Rua José Bongiovani, 700 - Pres. Prudente - SP

Convidados:

ANA MARIA R. DE CARVALHO
Profª Supervisora da área de Psic. e Trabalho - UNESP/Assis - Conselheira do CRP-06
Pres. do Conselho Municipal de Saúde em Assis
NILMA RENILDES DA SILVA
Psicóloga Clínica - Mestranda em Psicologia Social da PUC - Conselheira do CRP-06
SILVIO YASUI
Prof. do Depto. de Psic. Clínica - UNESP - Assis
Articulador de Saúde Mental junto ao DIR-8 - Assis

A Desregulamentação da Profissão e o Cotidiano do Psicólogo

Data: 27/03 às 8h30

Local: SENAC

Rua Paraíba, 125 - Marília - SP

Convidados:

CÁSSIA REGINA RODRIGUES
Profª Assistente do Depto. de Psicologia Médica e Psiquiatria da Faculdade de Marília
Conselheira do CRP-06
CELSO ZONTA
Prof. Doutor em Psicologia Social - Prof. Supervisor junto à Psicologia Comunitária da UNESP - Bauru
CRISTINA AMÉLIA LUZIO
Profª Assistente, Supervisora na área de Psicologia Clínica da UNESP/Assis - Representante dos Conselhos Profissionais no Conselho Estadual de Saúde - Conselheira do CRP-06

PRÉ-CONGRESSO

Local: Subsede

Dia 07/04 às 16h00

Rua Oswaldo Cruz, 47 - Assis - SP

PROGRAMAÇÃO SUBSEDE DE BAURU

Globalização e Exercício Profissional: Desregulamentação da Profissão

Data: 11/03 às 20h00

Local: Subsede

Rua Professor Gerson Rodrigues, 2-30

Vila Universitária - Bauru - SP

Convidados:

JOSÉ ROBERTO TOZONI REIS
Prof. da Faculdade de Medicina de Botucatu
Conselheiro do CRP-06
ODAIR SASS
Doutor em Psicologia Social - Prof. do Programa de História e Filosofia da Educação - PUC - SP

Globalização e Exercício Profissional: Desregulamentação da Profissão

Data: 14/03 às 9h00

Local: Hotel Água Branca

Av. Brasília, 2311 - Araçatuba - SP

Convidados:

NILMA RENILDES DA SILVA
Psicóloga Clínica - Mestranda em Psicologia Social da PUC - Conselheira do CRP-06
ANA MARIA BASÍLIO
Psicóloga na Área de Recursos Humanos - Coordenadora da Comissão Gestora de Bauru - CRP-06

Política e as Políticas Públicas

Data: 18/03 às 19h00

Local: Subsede

Rua Professor Gerson Rodrigues, 2-30

Vila Universitária - Bauru - SP

Convidados:

CELSO ZONTA
Prof. Doutor em Psicologia Social - Prof. Supervisor junto à Psicologia Comunitária / UNESP - Bauru
CRISTINA AMÉLIA LUZIO
Profª Assistente, Supervisora na área de Psicologia Clínica da UNESP/Assis - Representante dos Conselhos Profissionais no Conselho Estadual de Saúde - Conselheira do CRP-06
SILVIO YASUI
Prof. do Depto. de Psic. Clínica - UNESP - Assis - Articulador de Saúde Mental junto ao DIR-8 - Assis

Política e as Políticas Públicas

Data: 21/03 às 9h00

Local: Sindicato Comércio de Jaú

Al. Nossa Senhora do Patrocínio, 14 - Jaú - SP

Convidados:

NILMA RENILDES DA SILVA
Psicóloga Clínica - Mestranda em Psicologia Social da PUC - Conselheira do CRP-06
VANJA ALEXANDRA CASTALDELLI
Psicóloga na Área de Treinamento em Recursos Humanos e Educação - Subcoordenadora da Comissão Gestora de Bauru - CRP-06

PRÉ-CONGRESSO

Data: 02/04 às 20h00

Local: Subsede

Rua Professor Gerson Rodrigues, 2-30

Vila Universitária - Bauru - SP

PROGRAMAÇÃO SUBSEDE DE CAMPINAS

Local dos Eventos:

Subsede - Rua Frei Manoel da Ressurreição, 01
Guanabara - Campinas - SP

A Psicologia, Políticas Públicas e Cidadania

Data: 19/03 às 19h30

Convidados:

DAYSE CESAR FRANCO BERNARDI
Conselheira CRP-06 - Representante do Brasil na Associação Iberoamericana de Psicologia Jurídica
Psicóloga Judiciária do TJ de SP
JOSÉ CARLOS DA SILVA
Prof. Doutor em Enfermagem - Diretor de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde - Campinas
MARIA CECÍLIA C. FERREIRA
Profª Doutora em Psicologia Educacional - UNIMEP Diretora do Centro de Ciências Humanas - UNIMEP

A Globalização e o Mercosul: Cenários Possíveis e Riscos nas Profissões Liberais

Data: 20/03 às 19h30

Convidados:

JOSÉ R. TOZONI REIS
Prof. da Faculdade de Medicina de Botucatu
Conselheiro do CRP-06

ELEIÇÃO

A todos os psicólogos

As eleições para os Conselhos Regionais de Psicologia de 27 de agosto. As chapas concorrentes para o Conselho Federal de Psicologia deverão ser apresentadas para o Conselho Federal de Psicologia em Ação comunicando suas dependências do Conselho estão realizando reuniões de articulação

DE DAS ATIVIDADES PREPARATÓRIAS PARA O REGIONAL DA PSICOLOGIA

ODAIR SASS

Doutor em Psicologia Social - Prof. do Programa de História e Filosofia da Educação - PUC - SP
SERGIO BENASSI
Vereador do PCdoB - Campinas - Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esportes da Câmara Municipal - Campinas

A Psicologia e as Interfaces na Saúde, no Trabalho e na Educação

Data: 21/03 às 9h00

Convidados:

LUIZ HUMBERTO SILVIERI
Prof. de Psicologia e Trabalho de Mogi das Cruzes e PUC/SP - Assessor da CUT Nacional
Conselheiro do CRP-06
GASTÃO VAGNER SOUZA CAMPOS
Prof. do Depto. de Medicina Preventiva - UNICAMP
Coord. do Pós-graduação em Saúde Pública - UNICAMP
RAQUEL S. LOBO GUZZO
Psicóloga, Doutora em Psicologia Escolar
Tesoureira da Assessoria Interna da ISPA

PRÉ-CONGRESSO

Data: 21/03 às 14h00

PROGRAMAÇÃO SUBSEDE DE RIB. PRETO

Local dos eventos:

Salão Nobre da Câmara Municipal
Av. Jerônimo Gonçalves s/nº - Rib. Preto - SP

Globalização e as Repercussões na Psicologia: Desregulamentação da Profissão

Data: 11/03 às 19h30

Convidados:

HELENA M. C. DE MOURA HIRYE
Psicóloga Clínica - Mestre em Psicologia Clínica pela PUC/SP - Conselheira-secretária do CRP-06
RAUL ALBINO PACHECO FILHO
Prof. do Programa de Pós-graduação e Psicologia Social da - Pontifícia Univ. Católica de SP

A Psicologia, Políticas Públicas e Cidadania

Data: 18/03 às 19h30

Convidados:

ANA MARIA DE ARAÚJO MELLO

Coord. de Psicologia da Creche - USP
ANTÔNIO LANCETTI
Psicólogo, Psicanalista, Analista Institucional
SIDNEI CELSO COROCINE
Conselheiro-presidente do CRP-06 - Diretor Técnico do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico

A Psicologia e as Interfaces na Saúde e na Educação

Data: 25/03 às 19h30

Convidados:

ODAIR SASS
Doutor em Psicologia Social - Prof. do Programa de História e Filosofia da Educação - PUC - SP
ROSALINA CARVALHO SILVA
Doutora em Saúde Pública, Profª do Depto. de Educação e Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rib. Preto - SP
CELI DENISE CAVALLARI
Psicóloga e Psicanalista - Mestre em Psicologia Clínica pela PUC/SP - desenvolve trabalho clínico e institucional desde 1982

PRÉ CONGRESSO

Data: 01/04 às 19h00

Local: Subsede

Rua Thomaz Nogueira Gaia, 168 - Rib. Preto - SP

PROGRAMAÇÃO SUBSEDE DE S. ANDRÉ

Local dos eventos

Audatório Municipal de Santo André
Saguão do Teatro Municipal
Praça IV - Centenário s/nº - Santo André - SP

Globalização e as Repercussões na Psicologia: Desregulamentação da Profissão

Data: 12/03 às 19h30

Convidados:

RAUL ALBINO PACHECO FILHO
Prof. do Programa de Pós-graduação e Psicologia Social da Pontifícia Univ. Católica de SP
SÉRGIO LUIS BRAGHINI
Conselheiro-Tesoureiro CRP-06 - Psicanalista

A Psicologia e a Interface no Trabalho

Data: 19/03 às 19h30

Convidados:

LUIZ HUMBERTO SIVIERI
Prof. de Psicologia e Trabalho de Mogi das Cruzes e PUC/SP - Assessor da CUT Nacional
Conselheiro do CRP-06
MARIA LUIZA LEÃO S. MALATESTA
Psicóloga Especialista em Psicologia Junguiana
Especialista em Ecologia Humana e Saúde do Trabalhador pela Fundação Oswaldo Cruz - RJ

A Psicologia e a Interface na Saúde e na Educação

Data: 26/03 às 19h30

Convidados:

GLÓRIA ELISA B. PIRES
Profª Doutora da Pontifícia Universidade Católica PUCAMP - Cons. Vice-presidente do CRP-06
IZABEL MARAZINA
Psicóloga, Psicanalista, Analista Institucional
HELENA M. C. DE MOURA HIRYE
Psicóloga Clínica - Mestre em Psicologia Clínica pela PUC/SP - Conselheira-secretária do CRP-06

PRÉ-CONGRESSO

Data: 30/03 às 19h30

Local: Subsede

Rua Luis Pinto Fláquer, 523 - sala 61 - 6º andar
Centro - Santo André - SP

PROGRAMAÇÃO SUBSEDE DE SANTOS

Local dos eventos

Faculdade de Psicologia
Rua Conselho de Mendonça, 144
Santos - SP

O Psicólogo diante do Processo de Globalização

Data: 10/03 às 19h30

Convidados:

ROBERTO GOUVEIA
Deputado Estadual - PT/SP - Médico Sanitarista
ÁLVARO TRUJILLO
Psicólogo
CELSON MANÇO
Psicólogo, Prof. Titular de Psicologia do Trabalho UNICASTELO - Santos

Psicologia e Cidadania: Participação do Psicólogo nas Políticas Públicas

Data: 18/03 às 19h30

Convidados:

DAYSE CESAR F. BERNARDI
Conselheira CRP-06 - Representante do Brasil na Associação Iberoamericana de Psicologia Jurídica - Psicóloga Judiciária do TJ de São Paulo
ALDAIZA SPOSATI
Vereadora - PT / SP - Profª Doutora do Programa de Estudos de Pós-graduação em Serviço Social da PUC-SP
CARLOS RODRIGUES LADEIA
Prof. Assistente, Supervisor na área de Psicologia Escolar - UNESP - Assis - Doutor em Psicologia da Educação na UNICAMP - Vice-presidente do Conselho Municipal de Saúde de Assis

PRÉ-CONGRESSO

Data: 03/04 às 16h00

Local: Subsede

Rua Martin Francisco, 225
Encruzilhada - Santos - SP

PROGRAMAÇÃO SUBSEDE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

Local dos eventos

Subsede
Rua Coronel Spínola de Castro, 3360 - 2º andar
Bloco Ed. Firenze - Centro
São José do Rio Preto - SP

Globalização e Políticas Públicas

Data: 05/03 às 20h00

Convidados:

SERGIO BENASSI
Vereador do PCdoB - Campinas - Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esportes da Câmara Municipal - Campinas
JOSÉ R. TOZONI REIS
Prof. da Faculdade de Medicina de Botucatu
Conselheiro do CRP-06

A Psicologia e a Interface na Saúde e na Educação e no Trabalho

Data: 07/03 às 20h00

Convidados:

GLÓRIA ELISA B. PIRES

Profª Doutora da Pontifícia Universidade Católica PUCAMP - Conselheira Vice-presidente do CRP-06
HELENA M. C. DE MOURA HIRYE
Psicóloga Clínica - Mestre em Psicologia Clínica pela PUC/SP - Conselheira-secretária do CRP-06
CLÁUDIA MEDEIROS DE CASTRO
Conselheira do CRP-06
Presidente da Comissão de Ética

PRÉ-CONGRESSO

Data: 02/04 às 20h00

PROGRAMAÇÃO SUBSEDE DE TAUBATÉ

A Psicologia e as Interfaces: Saúde, Trabalho e Educação

Data: 12/03 às 19h30

Local: Subsede

Rua Carneiro de Souza, 66 - 9º andar - sala 91
Centro - Taubaté - SP

Convidados:

HELENA M. C. DE MOURA HIRYE
Psicóloga Clínica - Mestre em Psicologia Clínica pela PUC/SP - Conselheira-secretária do CRP-06
LUIZ HUMBERTO SIVIERI
Prof. de Psicologia e Trabalho de Mogi das Cruzes e PUC/SP - Assessor da CUT Nacional - Conselheiro do CRP-06
ANTÔNIO M. BRANDÃO CIPPOLLA
Psicóloga Coord. do Curso de Especialização da UNITAU - Especialista em Saúde Pública

A Psicologia e as Políticas Públicas

Data: 19/03 às 19h30

Local: Câmara Municipal

Pça Afonso Penha, 29 - Centro
São José dos Campos - SP

Convidados:

CARLOS RODRIGUES LADEIA
Prof. Assistente, Supervisor na área de Psicologia Escolar - UNESP - Assis - Doutor em Psicologia da Educação na UNICAMP - Vice-presidente do Conselho Municipal de Saúde de Assis
GILSON DE CARVALHO
Médico Pediatra de Saúde Pública da Secretaria de Saúde - S. J. dos Campos - Assessor do Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde - CONASEMS
CRISTINA AMÉLIA LUZIO
Profª Assistente, Supervisor na área de Psicologia Clínica da UNESP/Assis - Representante dos Conselhos Profissionais no Conselho Estadual de Saúde - Conselheira do CRP-06

A Globalização e as Repercussões na Psicologia: Desregulamentação da Profissão

Data: 26/03 às 19h30

Local: Câmara Municipal

Pça Baronesa de Santa Eulália, 02
Centro - Lorena - SP

Convidados:

SÉRGIO LUIS BRAGHINI
Conselheiro-tesoureiro CRP-06 - Psicanalista
SIDNEI CELSO COROCINE
Conselheiro-presidente do CRP-06 - Diretor Técnico do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico

PRÉ-CONGRESSO

Data: 02/04 às 19h30

Local: Sede da OAB

Rua 4 de março, 441 - Taubaté - SP

ÇÕES 98

logos paulistas

onal e Federal realizam-se no dia
entes ao Conselho Regional de
das no Congresso Regional e as
l deverão ser apresentadas no
al para inscrição de chapas no
é o dia 13 de julho. A gestão
a todos os psicólogos que as
disposição para os que quiserem
e chapas.

ESPECIAL III CONGRESSO REGIONAL DA PSICOLOGIA

Destaque e cole em seu local de trabalho

Regimento do III Congresso Regional da Psicologia no âmbito do CRP-06

Capítulo I

Da Organização e das Instâncias Decisórias

Art. 1º - O III Congresso Regional da Psicologia constitui a instância máxima de deliberações na jurisdição do CRP-06.

Art. 2º - O III Congresso Regional da Psicologia deverá resultar da ampla e democrática participação dos psicólogos da jurisdição do CRP-06.

Art. 3º - A estrutura do III Congresso Regional bem como a sua organização compreendem os seguintes níveis:

I. Reuniões Preparatórias;

II. Pré-Congressos;

III. Congresso Regional da Psicologia.

Parágrafo único - A organização do III Congresso Regional será de responsabilidade da Psicologia da 6ª Região serão submetidas ao III Congresso Nacional da Psicologia, através de Delegados eleitos no âmbito regional, que por sua vez deliberará sobre as teses, proposições e encaminhamentos em conformidade com o seu regimento próprio.

Parágrafo único - As deliberações do III Congresso Regional da Psicologia da 6ª Região, que forem auto-aplicáveis e não ferirem legislação ou normas e Resoluções superiores, serão executadas e/ou regulamentadas no âmbito do CRP-06.

Capítulo II

Das Competências

Art. 5º - Compete ao III Congresso Regional da Psicologia.

I. Deliberar acerca das proposições e teses apresentadas;

II. Eleger Delegados ao III Congresso Nacional da Psicologia em conformidade com o Regimento do III Congresso Nacional da Psicologia;

III. Garantir o espaço de articulação para composição, inscrição e apresentação das chapas que concorrerão ao mandato do Conselho Regional de Psicologia - Sexta Região.

Art. 6º - Compete aos Pré-Congressos:

I. Discutir as teses apresentadas;

Capítulo III

Dos Temas

Art. 7º - São temas do III Congresso Regional da Psicologia:

I. Globalização e repercussões na profissão (desregulamentação da profissão e Mercosul): Estratégias de Ação;

II. A Psicologia e os movimentos estratégicos para a intervenção dos Conselhos Profissionais nas políticas públicas;

III. A profissão de psicólogo e suas interfaces: diretrizes para a ação dos Conselhos Profissionais.

Capítulo IV

Da Representação

Art. 8º - As reuniões preparatórias serão realizadas na Sede e nas Subsedes do CRP-06, versando sobre os temas do Congresso.

Parágrafo Único - Poderão participar dos Pré-Congressos todos os psicólogos regularmente inscritos no CRP-06.

Art. 9º - A eleição dos delegados ao III Congresso Regional será realizada nos Pré-Congressos da Sede e das Subsedes do CRP-06.

Parágrafo Único - Somente poderão se eleger delegados ao III Congresso Regional os psicólogos que participem de pelo menos uma reunião preparatória.

Art. 10º - O número de delegados a Sede e de cada Subsele, mais 6 (seis) delegados para a Sede e 3 (três) para cada uma das Subsedes.

Parágrafo 1º - A base de cálculo do número de delegados será o número de psicólogos ativos de cada jurisdição, de acordo com o cadastro do CRP-06 na data de 30/10/97.

Parágrafo 2º - Para efeito de definição do número de delegados ao III Congresso Regional fica adotado o quadro anexo que passa a fazer parte deste regimento.

Parágrafo 3º - Juntamente com a eleição dos delegados ao III Congresso Regional serão eleitos suplentes no mesmo número que o de delegados.

Art. 11º - Os delegados efetivos ausentes no III Congresso Regional serão substituídos pelos suplentes, obedecendo o número de votos recebidos.

Parágrafo Único - Os demais delegados suplentes poderão participar do III Congresso Regional na condição de observadores com direito a voz nos grupos de trabalho e sem direito a voto.

Art. 12º - Poderão participar dos Pré-Congressos e do III Congresso Regional convidados representantes de entidades com direito a voz nos grupos de trabalho e sem direito a voto.

Capítulo V

Das Resoluções

Art. 13º - Serão submetidas ao III Congresso Regional as teses apresentadas nos Pré-Congressos e aquelas que forem encaminhadas por psicólogos ao CRP-06 até a data de 08/04/98.

Parágrafo único - As teses deverão ser apresentadas por escrito, versando sobre o todo ou parte do temário, obedecendo a seguinte estrutura:

a) Apresentação do tema;

b) Fundamentação e discussão do tema;

c) Proposição ou proposições sobre o tema;

d) Identificação do(s) proponentes serão realizadas em fevereiro e março de 1998, em datas estabelecidas pelo plenário do CRP-06.

Art. 15º - Os Pré-Congressos da Sede e das Subsedes serão realizados até 08 de abril de 1998, em datas estabelecidas pelo plenário do CRP-06.

Art. 16º - O III Congresso Regional será realizado de 15 a 17 de maio de 1998, no município de São Paulo.

Art. 17º - O Plenário do III Congresso Regional apenas poderá deliberar com a presença de pelo menos 50% (cinquenta por cento) dos delegados credenciados.

Art. 18º - Serão consideradas aprovadas as teses que obtiverem mais de 50% (cinquenta por cento) dos votos dos delegados presentes no ato da votação.

Art. 19º - As teses que obtiverem entre 25% (vinte e cinco por cento) e 50% (cinquenta por cento) dos votos dos delegados presentes serão encaminhadas ao Congresso Nacional como menção.

Art. 20º - Os casos omissos deste regimento, que dizem respeito à organização do III Congresso Regional da Psicologia, serão solucionados pela Comissão Organizadora.

Representação no III Congresso Regional SEDE E SUBSEDES

| Localidades | Nº de psicólogos ativos - 30/10/97 | Nº de delegados |
|----------------|------------------------------------|-----------------|
| Sede | 22.719 | 71 |
| Assis | 886 | 06 |
| Bauru | 1.057 | 06 |
| Campinas | 3.905 | 14 |
| R Preto | 1.405 | 06 |
| Sto. André | 2.863 | 12 |
| Santos | 1.378 | 07 |
| S. J. R. Preto | 799 | 06 |
| Taubaté | 1.614 | 08 |
| Total | 36.626 | 136 |

EDUCAÇÃO ESPECIAL

Profissionais discutem metas

FÓRUM NACIONAL ELABORA 35 PROPOSTAS PARA SEREM CUMPRIDAS NOS PRÓXIMOS 10 ANOS

Profissionais, entidades e instituições especializadas em educação especial participaram, no dia 22 de novembro do ano passado, na Universidade do Mato Grosso do Sul, em Campo Grande, do II Fórum Nacional de Educação Especial das Instituições de Ensino Superior. O evento contou com a participação de 120 representantes das entidades de ensino superior de todo o país deu continuidade à política nacional de educação especial adotada pelo MEC e teve como objetivo discutir o capítulo sobre educação especial da versão final da Proposta de Metas para o Plano Nacional de Educação, a ser encaminhada para votação no Congresso Nacional.

Segundo informações de Célia

Marcondes Marques, psicóloga convidada do CRP e participante do Fórum, durante as discussões foram feitas reformulações na Proposta de 35 Metas para o Plano Nacional de Educação. O Fórum aprovou como diretrizes a serem seguidas pelo Plano: que o atendimento aos portadores de necessidades especiais seja feito preferencialmente no sistema regular de ensino em consonância com a nova Lei de Diretrizes e Bases, que o Plano atenda à universalização do acesso à educação, formação de profissionais de educação, formação para o trabalho, provimento de recursos e avaliação.

Entre as metas discutidas, merecem destaque aquelas que apontam para medidas práticas tais como: “universalizar, em dez anos, o aten-

dimento aos alunos que apresentam necessidades educativas especiais nas classes comuns da educação básica e superior”; “introduzir, em cinco anos, nos cursos que formam profissionais em áreas de ciências exatas, biológicas, humanas e tecnológicas, conteúdos sobre as especificidades dos alunos que apresentam necessidades educativas especiais”; “propiciar, obrigatoriamente durante a década, programas de formação continuada e capacitação em serviço, a profissionais da educação, prioritariamente a professores de classes comuns da educação infantil e do ensino fundamental”, “construir e adaptar os prédios escolares para o recebimento dos portadores de necessidades especiais”; “avaliar 100% das classes especiais para o

atendimento ao portador de deficiência mental”; “universalizar, como ação preventiva, em cinco anos, a avaliação da acuidade visual e auditiva em todas as instituições de educação básica, em parceria com a área da saúde”.

Na opinião da psicóloga, “essas metas poderão proporcionar mudanças significativas não apenas na educação, mas em toda a sociedade brasileira, diminuindo a segregação e a marginalização pelo reconhecimento desses educandos como cidadãos, assegurando-lhes o direito a uma vida escolar de qualidade, além de sua efetiva inserção social”. Em caso de aprovação do documento elaborado no Fórum, as metas deverão ser cumpridas nos próximos dez anos.

ACONTECEU

Campinas

Nos dias 18, 19 e 20 de novembro de 1997, o evento “Imagens do Inconsciente”, com o objetivo de discutir a interface da Psicologia com a Arte. O evento contou com a presença de cerca de 300 participantes e foi realizado em parceria entre o Conselho Regional de Psicologia, o Serviço de Saúde Cândido Ferreira (SSCF), o Museu da Imagem e do Som (MIS) e o Museu de Arte Contemporânea de Campinas (MACC). Imagens do Inconsciente contou com a exibição de três filmes dirigidos por Leon Hirszman e textos de Nise da Silveira que pertencem ao acervo da Funarte. Os filmes enfocam a criação das pessoas no Museu da Imagem do Inconsciente. Após a exibição de cada filme houve debate com especialistas convidados (artistas plásticos, psicólogos, psiquiatras, arte-terapeutas, artistas do Espaço 8 do Ateliê do SSCF e outros). As cópias dos filmes e dos debates encontram-se na subsede de Campinas para consulta dos interessados. Os filmes são os seguintes: “Textos de Nise da

Silveira” - direção de Leon Hirszman, cor, 1986; “Em busca do espaço cotidiano” - caso Fernando Diniz - 80 min.; “No reino das mães” - caso Adelina Gomes - 55 min.; “A barca do sol” - caso Carlos Pertuis - 70 min. Informações na subsede de Campinas, tel.: (019) 243-7877.

Santos

Em 15 de janeiro, a oficina da Ikebana, técnica terapêutica complementar, desenvolvida no Naps de São Vicente. O evento contou com a presença de 20 profissionais e estudantes de psicologia.

• Também na subsede, estão em andamento os encontros semanais de psicólogos para discussão do tema “Formação na região”.

Santo André

No dia 17 de dezembro do ano passado a subsede participou de visita à Fundação do Bem-Estar do Menor de São Bernardo do Campo (Fubem) juntamente com entidades de proteção à criança e ao adolescente e outras ligadas aos direitos humanos, tais como: Cedeca, Con-

selho Tutelar de São Bernardo do Campo, OAB-SBC, Projeto Meninos e Meninas de Rua-SBC, Pastoral da Criança da Igreja Metodista, vereadores de S.B. Campo, entre outros. Foram constatadas irregularidades já apontadas em ação civil pública ajuizada pela promotora Dora Martin Strilicherck, julgada procedente. De acordo com a ação, a Fubem deverá transferir o Projeto Veredas (que recebe crianças e adolescentes vítimas de maus-tratos e/ou abusos sexuais) para novos imóveis num prazo de 270 dias. Ainda de acordo com a decisão da promotora, crianças e adolescentes deverão ser atendidos em prédios separados. A Prefeitura de São Bernardo do Campo e a Fubem estão recorrendo da ação.

• Também em Santo André, no dia 27 de janeiro deste ano foi realizada reunião na subsede do CRP sobre convênios. Está sendo elaborada uma agenda de trabalho a respeito da questão, a ser cumprida neste semestre. A próxima reunião ocorre no dia 17 de fevereiro, às 19h30, na subsede de Santo André.

Taubaté

Estão ocorrendo várias reuniões sobre o psicotécnico e psicologia do trânsito. A subsede prepara evento sobre o tema.

- A subsede já retomou seu trabalho junto ao conselho e ao Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Taubaté.

ATENÇÃO PSICÓLOGO DE BAURU E REGIÃO

A subsede já dispõe de um novo número de telefone para melhor atendê-lo. Além do telefone (014) 223-3147, os contatos com a subsede agora podem ser feitos também pelo telefone (014) 223-6020.

Informe publicitário

PSICOTERAPIA BREVE

Cursos: infantil e adulto

(Módulos anuais - 4 h semanais)

TEORIA/SUPERVISÃO/ATENDIMENTO

Inscrições até 09.02.98

NEPPB - Núcleo de Estudos e Pesquisa em Psicoterapia Breve

Rua Timburibá, 118 - V. Mariana - SP
Metrô Sta. Cruz - informações: (011) 571-3341

EXERCÍCIO PROFISSIONAL

UMA MUDANÇA NECESSÁRIA

EMBORA DESDE O RECONHECIMENTO DA PROFISSÃO A PSICOLOGIA DO TRABALHO TENHA DADO PASSOS SIGNIFICATIVOS EM SEU DESENVOLVIMENTO TÉCNICO, AINDA HÁ PREPONDERÂNCIA DE UMA PRÁTICA VOLTADA PARA A ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS

Superar o papel que o psicólogo desempenhou até agora nas organizações, sem perder o conhecimento acumulado ao longo do tempo. Esse é o desafio que os profissionais que vêm se reunindo na Comissão de Psicologia e Trabalho do CRP-06 estão se propondo a assumir. “Se considerarmos as demandas dos profissionais do trabalho que chegam ao Centro de Orientação, podemos afirmar que a psicologia ainda está presa a uma prática tradicional em recursos humanos. Uma atuação de vanguarda, voltada para as relações de trabalho e para o desenvolvimento de ações que interfiram nesse processo, ainda pode ser contada nos dedos”, disse a conselheira do CRP-06 Ana Maria R. de Carvalho, professora da área de Psicologia do Trabalho da Unesp de Assis.

O que o Conselho constatou com a realização das reuniões da comissão foi que, embora desde o reconhecimento da profissão a psicologia do trabalho tenha dado passos significativos em seu desenvolvimento técnico, ainda há preponderância de uma prática voltada para o modelo administrativo, para a administração de recursos. Nas discussões da comissão considera-se que é necessária uma mudança na concepção e no enfoque da atuação profissional para que a psicologia assuma seu verdadeiro lugar no mundo do trabalho. De acordo com o conselheiro do CRP Luiz Humberto Sivieri, professor de Psicologia Organizacional e do Trabalho da Universidade de Mogi das Cruzes e

da PUC-SP, um dos setores que mais conseguiram avançar em termos de atuação foi o que lida com a saúde do trabalhador. “As primeiras discussões surgiram nos anos 80, avançando daquela concepção tradicionalista de adaptação do indivíduo às exigências das organizações para estudar o trabalho e o fator humano na organização do processo de trabalho. Foi uma mudança importante, apesar de ter surgido ainda muito voltada para a abordagem clínica. Agora, precisamos dar continuidade, aprofundando estudos sobre nosso objeto, desenvolvendo o olhar psicológico sobre a organização do processo de trabalho e as diversas implicações que isso tem para o homem do ponto de vista da psicologia. Precisamos verificar como esse processo intervém na psique humana, na questão da construção do homem, na questão da alienação, e como

pode agir sobre a saúde.”

Não é tarefa fácil, não só porque o Brasil não tem tradição desse tipo de discussão, mas principalmente porque as organizações e, em muitos casos, os próprios psicólogos oferecem resistências a mudanças. De acordo com a conselheira da Associação Paulista de Administração de Recursos Humanos, Noely de Carvalho David, sócia de uma consultoria de recursos humanos, “na realidade, a psicologia enquanto ciência não tem espaço dentro da organização. As empresas querem um psicólogo com visão gerencial, que tenha condição de estar coordenando uma equipe de RH com especialidades as mais diversas. Não vejo ainda conscientização ou sensibilização das organizações para outro papel profissional do psicó-

logia. Mas, na área de RH como um todo, já existem outros profissionais trabalhando com igual competência.”

De acordo com a opinião de Ana Maria, muitas vezes os psicólogos cometem erros de avaliação ao pensar em sua situação profissional e acabam por entrar numa disputa com outros profissionais por mercado de trabalho. Ainda na opinião da psicóloga, de pouco adianta criar embates por mais espaço no mercado profissional. Em vez disso, é necessário compreender a dinâmica do mercado para que o profissional possa se posicionar de maneira correta, eficaz e produtiva. “Na verdade, o que acontece é que este tipo de trajetória que a psicologia vem seguindo reflete o fato de ela ter se limitado a ocupar uma posição que, embora tenha sido sua porta de entrada no mundo do

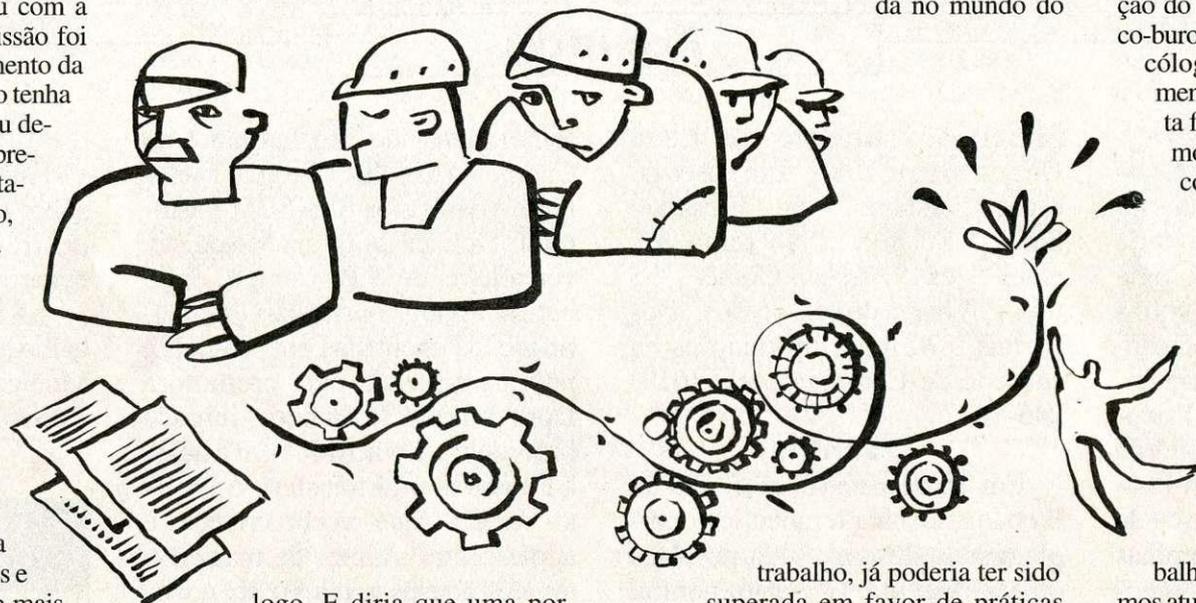
diferença entre a prática atual e o que é realmente uma psicologia do trabalho.”

É PRECISO PROPOR

Luiz Humberto Sivieri, no entanto, chama atenção para a diferença entre o psicólogo utilizar a psicologia como um conhecimento a mais quando passa a exercer outros tipos de atividade e a aquisição de novos conhecimentos para a qualificação da prática da psicologia. “Na minha concepção essa é uma área eminentemente de pesquisa, de análise, ela não é tecnicista do ponto de vista da simples utilização de recursos da psicologia. E vai exigir outros conhecimentos que não só os da psicologia, para que nossa ciência possa se tornar mais eficaz e mais forte. Então vai ser preciso entender um pouco sobre economia, engenharia de produção, saúde etc.”

Ou seja, é preciso mudar a configuração do profissional. O psicólogo técnico-burocrata deve ser substituído pelo psicólogo generalista. E, conseqüentemente, explica Sivieri: “Se nós, de certa forma, na psicologia industrial fomos eminentemente reativos, na psicologia organizacional fomos mais analistas, reflexivos, distantes, agora vamos ter de ser propositivos. Não adianta só analisar, é preciso propor. Ou seja, é preciso que saibamos dizer que o trabalho não pode ser feito de determinada forma, mas pode ser feito de outra e por quê. Na realidade nós temos que intervir no processo das relações, em busca da preservação de condições de trabalho para as pessoas. Ou seja, devemos atuar pela humanização do trabalho”.

Mesmo que, como diz Ana Maria, esse tipo de experiência ainda possa ser contado nos dedos, no entanto, já existem iniciativas bem-sucedidas e que demonstram os esforços de alguns setores da psicologia em busca de um novo espaço de atuação no mundo do trabalho. Um bom exemplo é a experiência que vem sendo desenvolvida no Sindicato dos Motoristas e Trabalhadores do Ramo de Transportes (Sindicato dos Condutores de São Paulo) pelas psicólogas Silvana Gonçalves Forgerini e Cláudia Rejane de Lima. “Estamos partindo do pressuposto de que, além dos riscos ambientais que causam de fato doença, o sofrimento mental vem muito mais do modelo de organização do trabalho, autoritário e centralizador. E no setor de transportes tudo é muito rígido porque



logo. E diria que uma porcentagem pouco expressiva de profissionais tem essa consciência”.

Esse tipo de expectativa que as organizações colocam sobre o profissional da psicologia não é recente e aponta para um dos grandes problemas com os quais o psicólogo do trabalho vem deparando: ao se engajar na organização, aos poucos ele abandona a psicologia como objeto para desenvolver uma carreira gerencial. “A psicologia torna-se um recurso a mais que o capacita para o gerenciamento”, explica Ana Maria, lembrando o fato de que o papel tradicional do psicólogo dentro das empresas vem sendo gradativamente exercido também por profissionais de outras áreas de conhecimento. “Nós temos psicólogos fazendo seleção de pessoal, pela necessidade de se trabalhar com teste psicológico e isso ser exclusivo da

trabalho, já poderia ter sido superada em favor de práticas mais consistentes e realmente mais ligadas ao seu objeto de estudo.”

Também para Sivieri a grande questão que se coloca hoje para o psicólogo é superar as antigas concepções, segundo as quais a função da psicologia é buscar a adaptação do homem àquilo que lhe é exigido por um determinado sistema de relações, para propor novas formas de organização do trabalho à sociedade. “Essa é a função do psicólogo. Ou vamos trabalhar com nosso estereótipo”, defende. De acordo com essa concepção, se, por definição, saúde é a qualidade de bem-estar para o homem, é preciso verificar como a organização do trabalho afeta esse estado de bem-estar do ponto de vista psicológico. “Isso vai nos exigir outros conhecimentos, mas é o que temos que estar trabalhando. Acho que essa é a grande

EXERCÍCIO PROFISSIONAL

são muitas instâncias decisórias. Além do sistema de transporte, há a gerenciadora de transporte, a organização do sistema de transporte da cidade. As empresas têm que se enquadrar nessas regras do sistema. E tem as regras da própria empresa”, define Cláudia.

A idéia é promover a reflexão para que os trabalhadores percebam as determinações sociais do processo de adoecimento e como é que o modelo de organização do trabalho interfere na saúde para, a partir daí, buscar saídas, estratégias de defesa em nível coletivo e individual. Para operacionalizar suas atividades, conta Silvana, foi elaborado um plano de trabalho em que são realizadas reuniões com os trabalhadores, por procura espontânea e discutidas as condições que os levaram ao estado de sofrimento mental. “Propomos que eles levantem as questões que sejam passíveis de mudança e as que não são passíveis de mudança. Para aquelas que não há mudança imediata possível, discutimos maneiras de lidar com os conflitos.”

Mas o resultado do trabalho das psicólogas também é encaminhado para a diretoria do sindicato para subsidiar a elaboração de pautas de reivindicação nos momentos de negociação com os patrões.

Citando os programas de qualidade total no trabalho, tão em voga ultimamente, Cláudia exemplifica de que maneira a questão pode ser tratada: “É uma via de mão única. Exigem um padrão de qualidade, mas não levam em conta os limites das pessoas, físicos, psíquicos, as condições gerais de trabalho. Acredito que nesses programas de qualidade, e nos programas de participação nos lucros que estão vinculando à qualidade, é o momento de negociar condições de trabalho. Não dá para aceitar, por exemplo, a redução do absenteísmo. Eles definem um índice. Para atingir esse índice, nós vamos ter que, enquanto sindicato, negociar as condições. Não dá para simplesmente impor um ritmo de trabalho a partir de um conjunto de metas sem condições objetivas para atingi-lo de forma adequada”.

Também a comissão que vem se reunindo no CRP já começa a colher os primeiros resultados de seu trabalho. Uma das estratégias que vem utilizando é a busca de parcerias, através das subsedes, para poder estar ampliando a discussão. Em Taubaté, por exemplo, a comissão gestora conseguiu realizar vários eventos em conjunto com a Universidade, Sindicatos de Trabalhadores e com o Centro de Refe-

rência de Saúde do Trabalhador, que foram a base para a criação de um grupo de discussão. Em Assis também já foi realizado um evento em parceria com a Unesp, em que, além das discussões sobre os problemas do mundo do trabalho, também foram discutidas as questões que hoje se colocam devido à exclusão de um grande contingente de trabalhadores do mercado profissional, ou seja, também se discutiu o mundo do “não trabalho” e conseqüências do alto índice de desemprego por que o país vem passando. “É preciso que o psicólogo se insira também nessa questão. Que tipo de conseqüências o impedimento ao trabalho pode provocar para o ser humano?”, indaga Ana Maria.

Essas e outras questões que vêm sendo levantadas ao longo das discussões dizem respeito às exigências de definição com que o psicólogo do trabalho depara em seu dia-a-dia e que exigem resposta objetiva para que se posicione frente à sua escolha profissional. No mundo do trabalho não há espaço para subterfúgios. O conflito social coloca-se a cada minuto e muito dificilmente o profissional pode se limitar a ficar na posição intermediária. Obrigatoriamente ele tem que tomar uma posi-

ção concreta de realização. Nesse sentido, segundo Sivieri, o grande dilema que antecede qualquer ação do psicólogo do trabalho pode ser resumido da seguinte maneira: “O lucro é um meio para gerar bens para a humanidade, ou os bens promovidos e colocados à disposição da humanidade são para a obtenção de lucro?”.

Dessa forma, conclui Ana Maria, “gostaríamos de ver aumentando dia a dia o trabalho do psicólogo na promoção, na discussão, na alteração, no planejamento de processos de trabalho que trouxessem menos prejuízo ao trabalhador. Formas de processo de trabalho que trouxessem ao trabalhador uma inserção mais verdadeira como um ser integral no trabalho, que ele tivesse uma compreensão maior do trabalho como um todo. Para tanto precisamos manter como pano de fundo um objetivo maior, que é a alteração das relações de trabalho. Na área da psicologia do trabalho não podemos ter uma ação pontual, solta e perdida. E, nesse momento, não há como a psicologia do trabalho ignorar a necessidade de que sua atuação seja voltada para uma profunda alteração nas condições políticas e sociais”.

DIREITOS DA CRIANÇA

A exploração da mão-de-obra infantil

ENTRAR CEDO NO MERCADO DE TRABALHO, APESAR DO QUE MUITA GENTE PENSA, NÃO PREPARA A CRIANÇA PARA O FUTURO PROFISSIONAL, AO CONTRÁRIO, DIMINUI SUAS CHANCES DE DISPUTA POR UMA VAGA NO MERCADO

Mãos pequenas e frágeis continuam a escrever um triste capítulo da história do Brasil. Embora o trabalho infantil seja proibido por lei, hoje, estima-se que aproximadamente quatro milhões de crianças com idade inferior a 14 anos ajudem a alavancar a economia do país, deixando marcas de sua infância nas lavouras de cana, tomate, laranja, algodão. Sem tempo para brincadeiras, esses brasileiros aprendem cedo as formas mais brutais da existência. Para eles não estão reservadas atividades que desenvolvam a criatividade, a inteligência ou o exercício da cidadania, mas o trabalho em pedreiras, em carvoarias, em olarias. Ocupações degradantes e vexatórias, geralmente rejeitadas pela maioria dos adultos, que comprometem o desenvolvimento físico e psicossocial dessas crianças.

Apesar de todos os esforços empenhados para sua erradicação, promovidos por setores da sociedade civil, entidades de classes, organizações governamentais e não-governamentais e alguns empresários, o trabalho infantil ainda dá lucro no país. Um levantamento realizado pelo Ministério do Traba-

lho detectou o que se chamou de formas intoleráveis de trabalho infantil em todas as regiões do país. Desde a quebra de concreto, em Rio Branco e outros municípios do Acre, até em carvoarias nos Estados do Pará, Amazonas, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e Espírito Santo. Ou ainda o trabalho pesado e insalubre nas pedreiras do país, identificado em quase todos dos Estados da federação. Até mesmo nas regiões mais ricas, como é o caso de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná, crianças envelhecem mais cedo quebrando pedras, ferindo os dedos enquanto colhem algodão ou decepando membros no corte da cana. “A exploração dessa força de trabalho não é privilégio das regiões pobres”, alerta Jorge Arthur Canfield Floriani, um dos representantes brasileiros da Marcha Global Contra o Trabalho Infantil, movimento de âmbito mundial organizado a partir de 1997 com o objetivo de sensibilizar a sociedade e os governos locais para as questões que envolvem a exploração econômica infantil. Floriani, que também exerce a profissão de psicanalista, chama a atenção para o fato da utilização prematura dessa mão-de-obra trazer

conseqüências muito sérias para o desenvolvimento dos garotos. “Se esses meninos perdem o direito de brincar, certamente se tornarão adultos com menos capacidades cognitivas e afetivas”, explica.

Entrar cedo no mercado de trabalho, apesar do que muita gente pensa, não prepara a criança para o futuro profissional, ao contrário, diminui suas chances de disputa por uma vaga no mercado. “Quando completa dezoito anos, esse jovem apresenta menos chances de se colocar no mercado do que aquele que teve condições de estudar”, completa Floriani. Assim, a principal bandeira levantada pela Marcha Global contra o Trabalho Infantil é proteger e promover os direitos de todas as crianças, principalmente no que diz respeito à educação gratuita e de qualidade e ao compromisso de libertá-las da exploração econômica. “No Brasil, a luta da Marcha Global é pela erradicação desse tipo de trabalho, e não por sua diminuição gradativa”, lembra a pedagoga e pesquisadora Irandi Pereira, membro da Defesa Internacional da Criança (DCI), rede de entidades com representações em mais de 100 países, que trata dos assuntos referentes aos jovens. A pesquisadora atua na área da infância desde 1978 e, du-

rante todos esses anos, acompanhou no Brasil o processo de mudança de enfoque sofrida pelos programas sociais. Segundo Pereira, do final dos anos 70 até 1990, por ocasião da aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), as leis vigentes para regulamentar os assuntos que diziam respeito à criança e ao adolescente eram discriminatórias, voltadas exclusivamente para menores “carentes, abandonados e infratores”. O Código de Menores estabelecia como atendimento a “condição de menor em situação irregular”, atingindo dessa forma apenas os menores empobrecidos e abandonados pela família. “A infância no Brasil era tratada sob a doutrina da situação irregular, e essas crianças eram assistidas intra muros”, explica Pereira, referindo-se às instituições da Febem. Os reflexos da primeira CPI instalada no Congresso em 1975 para averiguação de denúncias de maus-tratos, violência e extermínio de menores foi um marco importante para trazer a discussão para o âmbito da sociedade civil. A sociedade se movimentou em torno dos direitos das crianças – especialmente a partir de 1978, período em que se iniciou a redemocratização do país –, e várias entidades de defesa de direitos

DIREITOS DA CRIANÇA



humanos começaram a surgir. Até a segunda metade dos anos 80, esse movimento de defesa da infância assumia mais o caráter de denúncia das más condições de vida dessas crianças, do atendimento repressivo e segregacionista dos órgãos públicos (Febens) e das violências policial e institucional praticadas. No bojo disso, apareceram programas de atendimento alternativos aos serviços oficiais, priorizando essencialmente os projetos assistenciais em meio aberto, levando-se em conta a importância do convívio familiar e comunitário para a reabilitação e integração desses menores. Vários diagnósticos sobre a situação dessas crianças foram realizados nesse período. As discussões em torno do tema esquentaram ainda mais por ocasião da Assembléia Constituinte e mobilizaram cerca de 1,2 milhão de assinaturas, que expressaram a necessidade e urgência em se modificar o "olhar" sobre essas crianças e adolescentes. O resultado disso está no artigo nº 227 da Carta Constitucional, regulamentado dois anos depois no Estatuto da Criança e do Adolescente. "Houve mudança de conteúdo, método e gestão, e a infância passou a ter absoluta prioridade na definição das políticas e dos programas públicos, com os seus direitos de cidadãos assegurados", resume a pesquisadora.

Com relação ao trabalho infantil, a legislação brasileira é bem clara: proíbe o trabalho para crianças com idade inferior a 14 anos (salvo na faixa etária de 12 a 14 anos, na condição de aprendiz, desde que a criança continue frequentando a escola) e protege o trabalhador adolescente, assegurando-lhe todos os direitos trabalhistas, salários compatíveis à função e horário que lhe permita frequentar a escola formal. "Criança não é mais objeto da ação do Estado, e sim, sujeito dessa ação", diz Irandi Pereira. Respalhada pela lei, a luta pela abolição do tra-

balho infantil conta também com a cooperação técnico-financeira da Organização Internacional do Trabalho (OIT), centrais sindicais, órgãos governamentais e não-governamentais, empresários e vale-se ainda de um parceiro poderoso: a sociedade civil. Desde 1992, esses parceiros têm realizado ações para a retirada das crianças do trabalho e patrocínio de sua volta à escola. Denúncias revelaram à sociedade as diferentes formas de exploração do trabalho infantil, ao mesmo tempo que trouxeram a público os nomes das empresas que mais lucravam com a utilização ilegal da mão-de-obra infantil. O saldo foi positivo: durante o ano de 1996, após sucessivas denúncias, várias empresas multinacionais que participavam da cadeia produtiva de alguns setores que empregavam crianças pronunciaram-se publicamente repudiando essa forma de "contrato". Muitas delas, inclusive, exigindo dos fornecedores, por meio de cláusulas contratuais, compromisso de não utilizar sob nenhuma hipótese a força de trabalho de crianças. As primeiras empresas a firmarem tais compromissos foram, respectivamente, a General Motors do Brasil, a Volkswagen do Brasil e a Ford do Brasil, intervindo especificamente na extração do carvão vegetal, uma das formas mais intoleráveis de trabalho infantil. A mesma medida atingiu a cadeia produtiva do setor citrícola, mobilizando positivamente para a campanha, indústrias exportadoras de sucos.

Em Franca, município localizado a cerca de 400 quilômetros ao norte da capital paulista, um dos principais centros calçadistas do país, apurou-se a ocorrência de trabalho infantil nas oficinas prestadoras de serviços, revelando as condições de insalubridade a que eram submetidas as crianças, ao longo de 12 horas de trabalho diário, em ambientes fechados e impregnados por cola de sapateiro. Apesar de não ter havido nenhum compromisso público por parte das empresas empregadoras dessas oficinas, a mobilização de vários segmentos sociais locais, sindicatos de empregadores e entidades de atendimentos a menores tornou possível a criação, em junho de 1996, do Instituto Empresarial de Apoio à Formação da Criança e do Adolescente, a Fundação Pró-Criança. Programas de ação voltados para a prevenção do trabalho infantil, atenção à escola e à família tornaram possível a implementação de projetos de formação profissional, desenvolvimento de atividades de complementação escolar e atendimento social para crianças e adolescentes. Um selo de qualidade foi criado para ser utilizado em produtos que seguramente não envolvem trabalho infantil na sua manufatura.

Em todo esse processo de luta para a erradicação do trabalho da criança, merecem destaque as ações desenvolvidas pela Fundação Abrinq em São Paulo.

Criada em 1990, por iniciativa do presidente da Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos (Abrinq), Oded Grajew, e com o apoio do Fundo das Nações Unidas da Infância (Unicef), a Fundação tem como objetivo defender os direitos da criança e desenvolver ações na área de saúde, nutrição, educação, cultura, trabalho infantil, família e comunidade, para tentar minimizar os danos sofridos e a triste realidade em que se encontra grande parte das crianças brasileiras. O Projeto *Nossas Crianças*, de 1993, promoveu captação de recursos de empresas e pessoas físicas para serem repassados a 44 instituições que prestam atendimento a crianças e adolescentes necessitados, e ainda o *Programa Crer para Ver*, lançado em 1995, que apóia e incentiva iniciativas comunitárias para melhoria do ensino público, são algumas

das lições de cidadania praticadas pela Fundação. Também em 1995, no auge das denúncias contra o emprego de crianças nas mais diferentes cadeias produtivas brasileiras, a Fundação Abrinq criou o *Programa Empresa Amiga da Criança*. A idéia foi a de comprometer as empresas brasileiras para o combate do trabalho infantil e para a proteção do trabalho do adolescente. Para obter um selo de qualidade - a ser utilizado em seus produtos, serviços, notas fiscais, materiais de divulgação etc., qualquer empresa que patrocine ou colabore com projetos voltados para o bem-estar das crianças pode encaminhar um pedido junto à Fundação e se tornar "Amiga da Criança". Hoje, já são mais de 1.000 empresas habilitadas para usar o selo da Abrinq.

ERRAMOS: Na edição passada do Jornal do CRP na matéria "Aids: do diagnóstico à continuidade da vida" a psicóloga Celi Denise Cavallari foi identificada como uma das coordenadoras do trabalho da Associação de Prevenção e Tratamento da Aids (APTA). A informação está incorreta. A psicóloga participou, como supervisora, de um projeto na referida Associação e, também como supervisora, de três projetos na rede pública de saúde.

Informe publicitário

Estão abertas as inscrições para o curso de especialização no método de Rorschach, grupo de estudos em psicopatologia e orientação para o desenvolvimento de trabalhos, pesquisas e/ou dissertações de teses.

Inscrições à rua Itapeva nº 490, 7º andar, conjunto 74
Telefone: (011) 289-2067, das 17:00 às 20:00 horas

Informe publicitário

INEF - Instituto de Estudos e Orientação da Família está com inscrições abertas para a 16ª turma do **CURSO DE FORMAÇÃO DE PSICOTERAPEUTAS** (de orientação psicanalítica), para a 2ª turma do **CURSO DE FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA TRABALHAR COM CRIANÇAS NA LINHA PSICANALÍTICA**, com início em março/98.

INFORMAÇÕES: Rua Traipu, 66 - Perdizes - SP. Fones: (011) 3667-8688 ou 826-4030.

Informe publicitário

O INSTITUTO SEDES SAPIENTIAE ESTÁ COM INSCRIÇÕES ABERTAS PARA OS CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO COM INÍCIO EM MARÇO DE 1998

CURSOS OFERECIDOS:

- Arte Terapia
- Atendimento Familiar: orientação e psicoterapia breve
- Cinesilogia Psicológica - integração físico-psíquica
- Clínica Psicanalítica: conflito e sintoma
- Formação em Psicanálise
- Formação em Psicopedagogia: atendimento clínico e institucional
- Gestalt Terapia
- Orientação Vocacional
- Psicanálise
- Psicanálise da Criança
- Psico-oncologia
- Psicodinâmica de Adultos: 1-Formação em Psicoterapia. 2-Intervenção Institucional
- Psicodrama
- Psicologia Hospitalar
- Psicologia Psicanalítica: clínica contemporânea
- Psicologia Social das Organizações
- Psicossomática
- Psicoterapia Breve
- Psicoterapia de Orientação Junguiana Coligada às Técnicas Corporais
- Psicoterapia Psicodinâmica da Pré-Adolescência e Adolescência

CONSTRUIR UM SINDICATO-CIDADÃO

Vicente Paulo da Silva*

E tarefa urgente e absolutamente imprescindível avançarmos para uma nova concepção de sindicalismo. Um sindicalismo feito por e para cidadãos, que produzem, mas que também consomem, moram, têm direito à saúde, à educação, à cultura, a um meio ambiente saudável. O direito que todos temos à felicidade.

Ao atingirmos essa meta, um real sindicato-cidadão, o trabalho, como é organizado em nossa sociedade e as doenças provocadas pelas atuais formas de organização serão temas a serem discutidos, sem dúvida.

Simultaneamente a essa luta, há outras, de caráter mais imediato, provocadas por uma política econômica nefasta, que vem privilegiando o grande capital, os banqueiros e grandes empresários.

Muito já se falou sobre as mudanças no cenário econômico nacional nos anos 90. A aplicação do programa neoliberal, a adesão do Brasil à "globalização", o Plano Real e a sobrevalorização da moeda nacional, os esforços das empresas para alcançar competitividade internacional, entre outros, são temas frequentes em qualquer debate.

Amplia-se a exclusão social, tornando ainda mais precárias as condições de vida de uma grande parcela da população, agravando problemas cotidianos, como a violência, o desemprego e a fome, com impacto gritante na degradação do meio ambiente.

O Brasil, infelizmente, ganhou o nada cobiçado título de campeão das desigualdades sociais. Em nenhum país do mundo há uma tão desigual distribuição de renda. De acordo com o relatório das Organizações das Nações Unidas (ONU) sobre o Desenvolvimento Humano, a renda média dos 10% mais ricos da população é quase 30 vezes maior do que a renda média dos 40% mais pobres. O relatório mostra que o fenômeno da concentração de renda está se agravando.

A realidade é que a política de estabilização econômica do governo FHC, apesar de até agora ter conseguido manter o controle da inflação em níveis suportáveis, tem levado a um alto custo social, provocando a redução do poder aquisitivo dos tra-

balhadores, o aumento do desemprego e, conseqüentemente, o aumento do setor informal da economia.

Há outro dado muito sério: a cada ano, mais de 1 milhão e 500 mil jovens chegam ao mercado de trabalho, encontrando um quadro acentuado de desemprego, o que os obriga a vender sua força de trabalho por qualquer valor e sob qualquer condição, como forma de garantir sua subsistência.

A situação dos trabalhadores, dimensão fundamental, não tem sido tratada com a prioridade que merece. Quando o tema é apresentado à opinião pública, o trabalhador sempre aparece como o vilão do "custo Brasil", no contexto de uma feroz campanha para reduzir os já minguados direitos trabalhistas conquistados com muita luta, ao longo de décadas. O trabalhador está sendo tratado como uma mercadoria descartável.

Cabe ao movimento sindical, portanto, a responsabilidade de evidenciar essa dimensão do trabalho nas mudanças que estão acontecendo nesta década. Além de representar os interesses dos trabalhadores frente às empresas, chamar a atenção da sociedade para as conseqüências sociais dessas transformações e exigir do Estado o cumprimento da sua obrigação, que é defender o bem-estar social.

Entre as mudanças que mais impacto têm causado aos trabalhadores está a terceirização, implementada para "reduzir custos". Trabalhadores diretos são demitidos; contratam-se empresas ou compra-se de fornecedores que, por sua vez, pagam salários mais baixos e não reconhecem todos os direitos da categoria. O empresário poderá falar em "aumento da competitividade", mas se trata apenas de um aumento da exploração da mão-de-obra.

É criada uma divisão entre trabalhadores de primeira e segunda categorias. Essa divisão poderá ser manipulada para pressionar ambos os lados. Para o sindicato, o desafio é recompor a unidade dos trabalhadores, reconstruir a identidade de cada um como parte de um coletivo que tem interesses comuns.

Entre as estratégias empresariais que buscam aumentar a competitividade e produtividade pressionando a

força de trabalho encontram-se alguns dos métodos conhecidos como "o modelo japonês", o "toyotismo". Buscam-se formas de reduzir custos cortando estoques, eliminando "tempos mortos" no trabalho.

O que estamos assistindo não é muito diferente daquelas cenas do filme "Tempos Modernos", do genial Charles Chaplin, que denuncia o caráter inumano do método taylorismo-fordismo do começo de nosso século. O taylorismo-fordismo é um método "científico" de organização do trabalho, no qual o controle do processo produtivo sai das mãos dos trabalhadores e passa para o patrão.

A epidemia de LER (Lesões por Esforços Repetitivos) não permite fechar os olhos para essa situação.

No entanto, as novas estratégias empresariais não se reduzem a isso. As empresas vêm aplicando diversos métodos que visam à "participação" dos trabalhadores no seu próprio trabalho. Sabemos que fazem isso para aproveitar o "saber operário" – que anteriormente o taylorismo tentava negar – e aproveitá-lo em função dos interesses da empresa. Mas, de qualquer forma, o trabalhador é convocado a participar, a dar sugestões, a incidir sobre seu trabalho, a discutir em grupos etc. A isso agrega-se em muitos casos a eliminação das chefias autoritárias tradicionais. Podemos denunciar que tudo isso é manipulado pela empresa. No entanto, não se pode pedir que esse trabalhador tenha saudades da forma anterior de organização do seu trabalho.

Outro aspecto importante é que em muitos setores as empresas estão mudando o perfil dos seus trabalhadores, exigindo pessoas com segundo grau completo e com disposição de continuar estudando.

Tudo isso acontece em um contexto no qual os trabalhadores são convocados a "vestir a camisa da empresa", a empenhar-se para que ganhe a luta por mercados, nacionais e internacionais.

Esse discurso chega ao trabalhador acompanhado, de um lado, da ameaça real que significam as altas taxas de desemprego que sofre o país e, de outro, da remuneração variável (como a "participação nos lucros" ou

"resultados"), que condiciona o salário ao desempenho da empresa no mercado.

Essas novas estratégias empresariais constituem um imenso desafio para o movimento sindical.

Em primeiro lugar, nosso sindicalismo, que retomou as grandes lutas a partir dos anos 70, esteve nestes anos mais atento às questões referentes ao salário que às que dizem respeito ao trabalho. Quando, nos anos 90, se aceleram as mudanças no "chão das empresas", nossas entidades encontravam-se pouco preparadas para analisá-las e discuti-las.

Em segundo lugar, muitas das novas estratégias empresariais visam explicitamente a deixar o sindicato fora da jogada. Tentam estabelecer uma relação "direta" entre os trabalhadores e a gerência, quando não insistem em individualizar a relação com os trabalhadores.

Finalmente, nosso sindicalismo deve dar conta de uma realidade cada vez mais heterogênea. O neoliberalismo, a "globalização", o Plano Real e a "modernização" das empresas desenharam um país no qual crescem as diferenças entre ricos e pobres, mas também dentro da classe trabalhadora.

Há empregados, desempregados e trabalhadores do setor informal; há trabalhadores diretos e terceirizados; há trabalhadores em empresas de tecnologia de ponta e um imenso contingente que trabalha em condições tecnológicas muito atrasadas; há trabalho de "Primeiro Mundo" a pouca distância de trabalho infantil e trabalho escravo; há diferenças de raça e diferenças de gênero no mercado de trabalho etc.

Os sindicatos, e sobretudo a CUT, têm que se capacitar para representar e defender os direitos de todos esses segmentos.

Por isto, a importância fundamental da construção de um sindicalismo-cidadão. E nessa tarefa a nossa Central está cotidianamente empenhada.

* **Vicente Paulo da Silva**, Vicentinho, é presidente da CUT (e-mail: vicentinho@cut.org.br)

ORIENTAÇÃO

O SER HUMANO COMO OBJETO DE PESQUISA

A realização de pesquisa envolvendo seres humanos deve seguir as exigências éticas e científicas contidas na Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, órgão do Ministério da Saúde. Esta é a orientação que o CRP-06 vem dando aos psicólogos paulistas. Segundo a conselheira Cláudia Medeiros de Castro, “O respeito aos direitos do sujeito pesquisado deve ser sempre observado pelo pesquisador e a Resolução 196/96 foi criada buscando defender sua integridade e dignidade. Foi também com esta preocupação que desde a realização do Fórum Nacional de Práticas Alternativas, do qual participaram todos os Conselhos Regionais de Psicologia que foram criados critérios a serem seguidos pelos profissionais que queiram investigar práticas não consagradas pela psicologia”.

O Fórum Nacional aprovou duas resoluções que tratam do assunto (publicadas na edição 108 – nov./dez. de 1997 – do *Jornal do CRP*) tendo sido publicada a Instrução Normativa nº 001/97, para regulamentá-las (veja quadro).

Cláudia informou também que o CRP-06 já traçou os procedimentos para analisar os pedidos de autorização dos psicólogos. O interessado deverá entrar em contato com o Centro de Orientação para obter informações ou comparecer diretamente ao Conselho munido dos documentos descritos na Instrução Normativa. Os pedidos serão analisados no prazo de 30 dias, quando o profissional deverá buscar o resultado no Conselho. “O processo ficará arquivado no prontuário do psicólogo no Conselho e estamos orientando os profis-

sionais a que tenham uma cópia da Resolução 196 para que possam segui-la. Os interessados poderão consultá-la.”

Com a finalidade de otimizar o trabalho, tanto de profissionais quanto do CRP, a psicóloga chamou atenção para a exigência de apresentação do protocolo de pesquisa já aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da instituição onde se realizará a pesquisa, como condição para que o Conselho forneça a autorização para a realização do trabalho. Esse protocolo deve conter uma descrição detalhada do projeto e de todas as suas etapas, propósitos e hipóteses a serem testadas, antecedentes científicos e dados que justifiquem a pesquisa, análise crítica de riscos e benefícios, duração total

da pesquisa, explicitação das responsabilidades do pesquisador, da instituição a que está vinculado, do promotor e do patrocinador, explicitação de critérios para suspender ou encerrar a pesquisa, local em que será realizada, demonstrativo da existência de infra-estrutura necessária ao seu desenvolvimento, orçamento financeiro, explicitação de acordo preexistente quanto à propriedade das informações geradas, declaração de que os resultados da pesquisa serão tomados públicos, declaração sobre o uso e a destinação do material e/ou dados coletados. Além disso deverá conter também informações relativas ao sujeito da pesquisa e um termo de compromisso do pesquisador responsável e da instituição

de cumprir os termos da Resolução.

Para finalizar, a conselheira do CRP-06 lembrou que toda e qualquer pesquisa que envolva sujeito humano só pode ser realizada com seu prévio consentimento. No caso de pesquisa que exija o não conhecimento do sujeito pesquisado para não comprometer os resultados, o projeto deverá ser submetido ao Comitê de Ética com as justificativas cabíveis para análise. “Consideramos fundamental chamar atenção para esse assunto porque a questão das práticas ditas alternativas vem sendo muito discutida nos eventos da categoria e cabe ao Conselho orientar o profissional para a importância de que as novas técnicas se desenvolvam dentro de critérios éticos e científicos.”

INSTRUÇÃO NORMATIVA CFP 001/97

Ementa: regulamenta as resoluções CFP nº 10/97 e nº 11/97, que dispõem sobre as pesquisas e os critérios para a divulgação, publicidade e o exercício profissional associado a técnicas não consagradas pelos critérios científicos da psicologia.

Art. 1º - As técnicas e práticas não reconhecidas pela Psicologia poderão ser utilizadas na atividade profissional de forma complementar, observando-se:

- I** - O Código de Ética Profissional do Psicólogo, e
- II** - A Resolução nº 196/96, envolvendo seres humanos, do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde.

Art. 2º - O Conselho Regional de Psicologia fornecerá autorização para a realização de pesquisas com técnicas e práticas alternativas.

Parágrafo 1º - Na autorização fornecida pelo Conselho Regional constará:

I - Qualificação do psicólogo responsável pela pesquisa indicando-se:

- a)** O número do Cadastro de Pessoas Físicas;
- b)** O número de Registro Geral;
- c)** O número da inscrição profissional;
- d)** Indicação do órgão financiador, se houver.

Parágrafo 2º - Para obtenção da autorização, o psicólogo pesquisador fornecerá:

- I** - Cópia do protocolo, com os respectivos documentos aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde, e
- II** - Declaração individualizada de cada participante da pesquisa em que conste o seu consentimento e concordância com os métodos e técnicas a serem utilizados.

Art. 3º - Esta instrução normativa entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JORNAL DO
CRP
CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA
6ª REGIAO

Rua Borges Lagoa, 74

Fone: (011) 574-7133

Fax: (011) 575-0857

CEP: 04038-004 - São Paulo - SP

E-mail: crp06sp@nutecnet.com.br



IMPRESSO